

O time de Opinião está na página 4



Helena Greco



José Eudes



Valmor de Luca



Zé Pedro

# EM TEMPO!

SEMÁRIO NACIONAL - ANO II - N.º 68 - Cr\$ 15,00 - 15 A 21 DE JUNHO DE 1979

## Metalúrgicos e estudantes brasileiros apóiam a insurreição na Nicarágua

**O Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, realizado em Poços de Caldas, e a Diretoria Provisória da União Nacional dos Estudantes (UNE) manifestaram-se claramente a favor da luta do povo nicaraguense contra a ditadura de Anastasio Somoza, agora em sua fase insurrecional. As posições dos representantes dos metalúrgicos e dos estudantes brasileiros estão na página 7 e na página 12. Na página 13 (Internacional), os riscos de continuidade do somozismo, mesmo após a derrubada de Somoza. E, aqui, os últimos lances do cerco à capital do país, Manágua, empreendido pelo povo em armas, liderado pelos guerrilheiros da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).**



O secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance, anunciou na última quarta-feira, quando fechávamos esta edição, que propôs a realização de uma reunião de emergência da Organização dos Estados Americanos (OEA), para tentar pôr fim ao conflito na Nicarágua. Vance deixou claro que os Estados Unidos são favoráveis a uma solução "política da crise" e que confia que "o sistema interamericano encontrará os meios de alcançar o cessar-fogo e o fim do envio de armas de outros países para a Nicarágua".

A fala de Cyrus Vance insinua uma saída intervencionista. Na linha do que já dissera o senador Edward Zorinsky (democrata de Nebraska): "Carter deve agir diplomaticamente se for possível e militarmente se for necessário". São as últimas cartadas do imperialismo na tentativa de sufocar a revolução nicaraguense.

Apesar, de na última quarta-feira, os combates terem diminuído em torno da capital — e ter sido restabelecido o acesso ao aeroporto La Mercedes — (pelo menos é o que dizem os telegramas das agências de notícias provenientes de Manágua, sem dúvida alguma censurados pelo agonizante regime de Somoza), o povo nicaraguense em armas, liderado pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) e outras organizações de oposição, está avançando contra a última cidade do ditador. Ainda na noite do dia 13, um porta-voz do Partido Socialista dos Trabalhadores da Colômbia (PST) informou que uma brigada de combatentes chegará no sábado à Nicarágua, para engrossar as fileiras sandinistas. A "Brigada Simon Bolívar" é uma entre muitas das que estão partindo de países da América Central e da América Latina como um todo. Já na Bolívia o candidato à presidência pelo Partido Socialista, Marcelo Quiroga, exigiu do governo do seu país "o imediato rompimento das relações diplomáticas com o regime de Somoza".

O regime brasileiro manifestou-se contra "medidas intervencionistas" na Nicarágua, mas a cada dia fica mais evidente que o Brasil está vendendo armas para a ditadura somozista. Na última terça-feira, um piloto que desertou das fileiras da ditadura voltou a denunciar o governo brasileiro como fornecedor de armamentos a Somoza.

Como os metalúrgicos reunidos no Congresso de Poços de Caldas e os estudantes representados pela UNE, os trabalhadores brasileiros de modo geral repudiam a ajuda do regime do general João Figueiredo a Somoza e exigem o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Nicarágua somozista.

### Patrão da Fiat quer greve. Operários descubrem por quê

Patrões da Fiat e FMB (em Minas) acumulam estoques e estão estimulando um clima de greve nas suas empresas. Os trabalhadores contudo já descobriram toda a jogada. Conheça a história em detalhes na página 14.

### Debate sobre a greve dos jornalistas de SP

A posição da diretoria do Sindicato e 3 depoimentos de jornalistas com papel destacado no movimento grevista, pertencentes ao Comando Geral: Perseu Abramo, José Américo e Ricardo Moraes.

Pág. 11

### Resposta ao "Estadão"

David de Moraes, presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, envia carta-resposta à direção dos jornais "O Estado de S. Paulo" e "Jornal da Tarde", na tentativa de corrigir as mentiras publicadas por esses jornais sobre a greve dos jornalistas e restaurar a verdade dos fatos.

Pág. 10

## PAULEIRA

Sequestro à gaúcha é rotina nos

pampas. Repressão política da

Argentina e Uruguai trabalham de

braço dado. E com eficiência.

É a internacional da tortura no

Cone Sul.

Pág. 5

## REPORTAGEM NO CAMPO

**O "progresso" no Rio São Francisco ameaça oito milhões de lavradores em cinco estados. Uma denúncia da igreja católica.**

**E mais: um movimento de oposição sindical brota na zona rural de Goiás para espantar o peleguismo.**

Págs. 8 e 9



**Exclusivo**

### Diretoria da UNE faz seu balanço do Congresso

Numa mesa redonda exclusiva para EM TEMPO, 6 diretores da União Nacional dos Estudantes avaliaram, logo depois de sua reunião em São Paulo nos dias 7 e 8 últimos, as conquistas do Congresso de Salvador e as divergências políticas principais. O debate, as resoluções da reunião da diretoria, nas páginas 6 e 7.

# GERAIS

## MIOPIA

O deputado federal Alberto Goldman, do MDB paulista, depois de votar contra a instalação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para tratar das violações dos Direitos Humanos, teve a coragem de dizer que "toda a discussão da CPI de tortura foi uma discussão em torno do vazio, do nada, do zero absoluto". Se o deputado acha

que as centenas de mortos e desaparecidos, os milhares de torturados, todos vítimas do regime, são um zero absoluto, ou sua miopia está aumentando demais ou o deputado não honra mesmo seus compromissos. Afinal, quando ele foi eleito, dizia defender a anistia ampla, geral e irrestrita e o desmantelamento do aparelho repressivo. (SA)



O ditador da Nicarágua, que está caindo, chama-se Anastasio Somoza Debayle. A pronúncia do nome dele é — em português — Anastácio só moça de baile. Não é à-toa que ele está dançando. (RVN)



## Nós, imperialistas

Segundo o general Costa Cavalcanti, "para nós é importante a permanência de Stroessner, porque ele é um entusiasta de Itaipu". Ou seja, ao Brasil interessa a ditadura de Stroessner no Paraguai porque ela defende a submissão aos interesses brasileiros. Este é o papel odioso dos imperialistas (no qual está se inserindo o Brasil): defender e apoiar ditaduras opressoras de outros povos em função de interesses próprios. Triste fim está tendo

o "estado de exceção" instaurado no Brasil. Vendemos armas para ditadores como Somoza e Pinochet, desestabilizando governos progressistas (como foi o de Torres na Bolívia) e sustentando ditaduras vizinhas. Não se contentaram em encher de infelicidade o povo brasileiro e estão exportando essa infelicidade para todo o continente. O fim do "estado de exceção" precisa ser também o fim dessa prática imoral. (RVN)

Tem de tudo neste país onde o governo ousa insistir na "abertura" mantendo intocável seu aparelho nacional de opressão e repressão.

Imaginem só que o arenista Alexandre Costa Jr., deputado estadual pelo Maranhão, disse que o socialismo tem que ser implantado no Brasil. E o socialismo do tipo chinês, que é próprio e "não é soviético ou cubano". Segundo ele é um regime democrático, anticapitalista, onde não existe a propriedade privada e o Estado será o grande "administrador das coisas públicas".

Essa é demais. Nem o Figueiredo quando candidato dizia tal coisa.

Esse deputado que tendo sido eleito com voto de curral sob argumento de que numa estrutura atrasada como a do Maranhão não tinha outro jeito, só pode estar brincando! Ou, quem sabe, quer garantir seu lugar ao sol num momento político onde o movimento popular avança, fazendo um discurso enganando alguns. Olho nele: de arenista pra socialista, assim, assim... (SZ)

## Fogo neles

O governo fez, há 60 dias, um acordo de cavalheiros (?) com os supermercados para congelar os preços. Parece que a única coisa que ficou congelada esse tempo todo foi a vergonha na cara de ambos os "cavalheiros".

Segundo uma pesquisa da "Folha de São Paulo" os preços congelados subiram 5% nesses dois meses que durou o acordo. Só o chuchu (o culpado de sempre) subiu 377%, a abobrinha 274% e o repolho 200%. Na média, os produtos hortifrutícolas (que é o que se come) subiram 39%. Ou seja, a comida vai continuar a pesar cada vez mais no bolso e cada vez menos no estômago.

Está na hora da gente botar fogo nesses "congeladores" fajutos dos preços. (SA)



## Vai pro inferno

No tempo em que a Igreja — em São Paulo — estava sempre de braços dados com o poder, era arcebispo aqui o cardeal D. Agnelo Rossi, que se relacionava muito bem com o governo. E o governador paulista (o primeiro biônico de São Paulo) era o hoje esquecido Abreu Sodré. Para quem não se lembra do governo

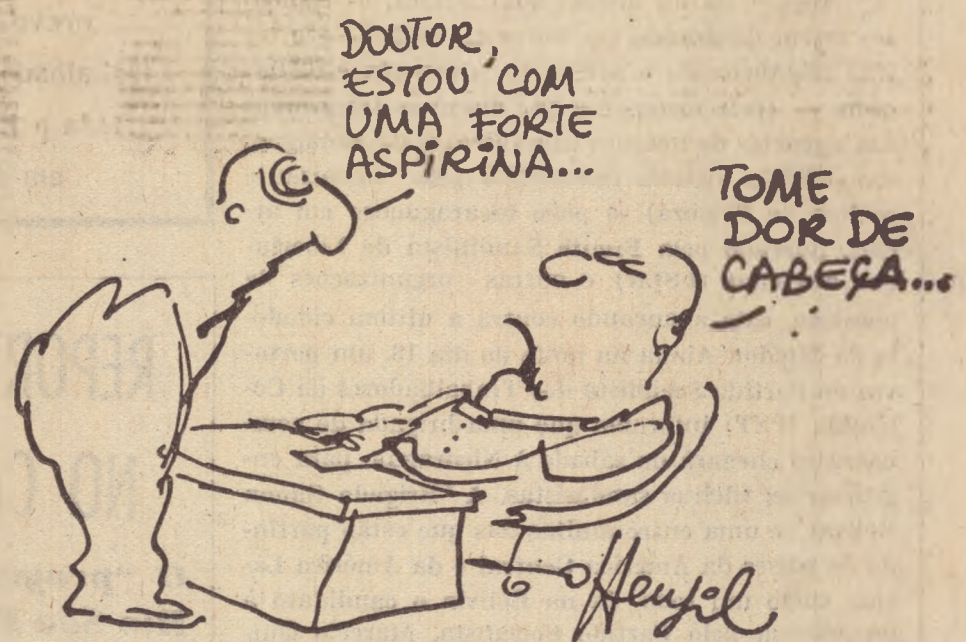
Pois é, e Dom Agnelo

Rossi achando tudo muito bom.

Agora, de passagem por Campinas, D. Agnelo declarou-se contrário à anistia aos que "praticaram atos de terrorismo ou assaltos a instituições financeiras". Ele diz: "Não se pode perdoar criminosos e terroristas, sem que se saiba se não retornarão ao crime, para abalar a paz...". Acha ainda que as autoridades brasileiras têm, em geral, boa vontade mas que nem sempre conseguem solucionar de imediato os problemas do país.

Alguém esperava outra coisa de Dom Agnelo? (RVN)

## NINGUÉM CONTROLA A PROPAGANDA DE REMÉDIOS?



## Democracia magalhânica

E o Magalha, o democrata Magalha, lembram dele? Isso, o dono do Banco Nacional que queria ser o presidente da República para redemocratizar o Brasil (o que seria uma obrigação, afinal foi ele que começou isso tudo, que está aí). O que anda fazendo Magalhães Pinto? Isso não sabemos mas o banco dele está cada vez mais safado. Vejam só: desrespeitou até recomendação da própria Federação Nacional dos Bancos e não deu o abono de 20% para os bancários mineiros. Para não passar em branco, fez apenas uma contraproposta de dar 20% somente aos que

ganham salário-mínimo (existe isso no banco do Magalhães!) e assim mesmo a partir de julho.

Os bancários mineiros estão protestando — com muita razão — contra o Banco Nacional e nós — que não temos nada a ver com isso — podemos nos dar por felizes por não ter o Magalhães Pinto mandando no salário de todo mundo. E' essa democracia que o senhor queria para o Brasil, Magalhães? Com dinheiro para os patrões (bancários, no caso) e miséria para os empregados? Para isso não precisamos de nenhum "redemocratizador", já está assim (RVN)

## Maluf-Babá e os 40 ladrões

Com a subida de Maluf ao governo do Estado de São Paulo, algumas pessoas estão tendo chance de vingar-se de maneira inesperada de seus desafetos, que são a justiça e outras instituições.

Assim é que o economista Eduardo José de Souza Prianti, considerado mau pagador pela Caixa Econômica Estadual, que o tinha na lista negra dos que não mereciam crédito, acabou agraciado por Maluf com o cargo de diretor daquela instituição. Como era de se esperar, imediatamente o sr.

Prianti aumentou o salário de um primo — Amauri Prianti — de 16 mil para 60 mil cruzeiros e aproveitou para demitir a advogada da Caixa, Maria Margarida Tosta que, vejam só que coincidência, foi encarregada pelo Departamento Jurídico de cobrar, em 1975, as dívidas do próprio Prianti.

Esses são nossos dirigentes, esses são os padrões morais que servem de exemplo para os paulistas. A turma do Al Maluf está deixando longe a do Al Capone (RVN)

## CONVITES

### Psiquiatria em debate

O Dr. Franco Basaglia, renomado psiquiatra italiano, está em São Paulo, onde vai promover uma série de conferências. O dr. Basaglia foi Diretor dos Serviços de Saúde Mental da Região de Trieste, na Itália, onde iniciou uma experiência original e crítica, dando novos rumos ao atendimento psiquiátrico. Sua experiência é mundialmente conhecida, sendo indiscutivelmente, na Europa, o psiquiatra que mais

desperta polêmicas e debates. O Dr. Franco Basaglia, vai dar duas séries de conferências. Uma para profissionais e estudantes de saúde, nos próximos dias 18, 19, e 21 de junho, sempre às 20h30, no Sedes Sapientiae (Rua Ministro Godoy, 1484 — Perdizes), cujos temas serão: As técnicas psiquiátricas como instrumento de liberação ou opressão; A atuação da equipe psiquiátrica na co-

munidade e A integração da psiquiatria nos programas de saúde pública. A outra série de conferências, aberta à participação do público, será nos dias 20 e 22 no Teatro de Cultura Artística (Rua Nestor Pestana, 196).

As inscrições para as conferências podem ser feitas até o dia 15, sexta-feira, nos seguintes endereços: Rua Dr. Seng, 43; Rua Ministro Godoy 1484 e Al. Gabriel Monteiro da Silva, 639.

### Show da Imprensa Alternativa

No dia 18 de junho, segunda-feira próxima, será realizado um show musical na Sede Social do FLAMENGO, av. Rul Barbosa, n.º 170, Morro da Viúva, com início às 21 horas. Sua renda se revertirá em benefício da Imprensa Alternativa.

Participarão do Show os seguintes artistas: João Bosco, Luiz Gonzaga Jr., Paulo Moura, João do Vale, Grande Otelo, Boca Li-

vre, Oswaldo Montenegro, Vital Farias, Elba Ramalho, Geraldo Azevedo, Stephan Nercessian, A direção musical estará a cargo de: Aldir Blanc, Paulo Emilio e David Tygel.

O espetáculo será uma promoção da Associação Brasileira de Imprensa — ABI, Sindicato dos Jornalistas Prof. do Município do Rio de Janeiro, Sindicato dos Artistas e Técnicos de Espectáculos e Di-

versões e dos jornais alternativos VERSUS, EM TEMPO, REPORTE, COMPANHIEIRO, MOVIMENTO, LAMPÍO e PASQUIM.

Os ingressos custarão Cr\$ 100,00 e para os sócios do Flamengo Cr\$ 50,00 e estarão à venda antecipadamente nos seguintes locais: pilotis da PUC/RJ, DA do ICHH/UFF, outras Universidades e na sede social da Gávea.

### Sindicalismo

O Sindicato dos Bancários de Porto Alegre está promovendo um ciclo de debates e estudos sobre problemas sociais, trabalhistas e sindicais.

No próximo dia 16 Décio Freitas expõe o tema "História do Sindicalismo Gaúcho e Brasileiro". No dia 19 a Associação dos Sociólogos discute "A participação política dos trabalhadores de ontem e hoje".

### Teatro

O Teatro de Arena de Porto Alegre está outra vez em São Paulo, apresentando agora a peça "Jornada de Um Imbecil Até o Entendimento", de autoria de Plínio Marcos.

O grupo permanecerá até o dia 17 próximo no Teatro João Getatano — Rua Borges Lagoa, 650, Vila Mariana — com ingressos únicos de Cr\$ 30,00 de quarta a sexta e de Cr\$ 50,00 aos sábados e domingos.

### Vivência

A DEURBE — Sociedade Brasileira de Defesa da Vivência Urbana — convida seus associados e amigos para participarem da instalação de sua nova sede social, em São Paulo, no dia 20 de junho, às 20 horas, na rua 24 de Maio, n.º 188, 3.º sobreloja, sala 316.

O deputado estadual Antonio Resk, presidente da DEURBE, falará sobre os objetivos da entidade.

### EM TEMPO:

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Carlos Tibúrcio, Flaminio Fantini, Flávio Andrade, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Sérgio de Carvalho All, Tom Duarte, Nelson Pestado Fausto Brito (Conselheiro-Presidente).

Suplentes: Paulo Cavalcanti, Valmir Menezes, Luci Ayala, Maria Cândida.

DIRETORES: Flávio Andrade (Diretor Presidente), José Luiz Nadai, Tom Duarte, Carlos Tibúrcio, Robinson Ayres.

Secretário de Redação: José Luiz Nadai

Editor Geral: Carlos Tibúrcio

EDITORIAS: Nacional: Flaminio Fantini, Tibério Camilo, Antonio Espinosa, Jorge Baptista, Antonina Silveira, Carlos Saverio, Antonio de Pádua Prado Jr., Fábio Munhoz, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Maria Moraes, Paulo Sérgio, Sérgio All, Elvira Oliveira, Jesus Varela, Wilson Prudente, Maria Cândida, Sebastião Santos Jr. Terezinha V. Ferreira, Intercultural: Carlos Eduardo Matos, Lionel Almeida, Aluisio José Monteiro, Altair Moreira, Cecília Tompson, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Marinete Oliveira Olgária Matos, Suzana Rios, Virginia Pinheiro Suplemento Cultural: Flávio Aguiar (Coordenador), Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valdeez Amorin.

Arte e Produção: Coordenação Geral e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges Diagramação: Sergio Papi Ilustração: Sian, Martinez, Cadinho, Cida, Beto Maringoni, Claudio, Nilson e G.M.D. Fotos: Jesus Carlos e Ennio Brauns Filho; Revisão: Alfredo Maria de Souza, Arquivo e Pesquisa: Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quimete, Silvestre Prado, Valdeez Amorim.

SUCURSAIS: Belo Horizonte: (R. Bernardo Guimarães, 1884) Alberto Duarte (Chefe da sucursal), Edgar da Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Leila Santos Matiz Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sergio Aspahan (redação); Mariza Araújo (administração). Porto Alegre: (av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schimer, Letânia Menezes Sosa (redação), Adão Capa, Claudio Almeida, Flavio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. Rio de Janeiro (r. da Lapa 200, sala 408) Adauto Novaes. Antonio José Mendes, Fernando Karan, Carlos Alberto Bahia, Clotilde Hasseimann, Fernanda Coelho, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Orlando Guilhon Braga, Sergio Sbragio. Salvador: (Av. Sete de Setembro, 202 - sala 501) Adelfo Oliveira, João Henrique

ESCRITÓRIOS — Recife: Antonio Sergio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, Fred Navarro, Márcio Tavares, Eliane Veloso, Marina Lima, Mario Everaldo, Riva M. Nogueira, Aracaju: David Dantas. Campinas: Rinaldo Barros, Maria Alice, Fortaleza: Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araújo (redação), Vinívio de Araújo (administração) e distribuição. João Pessoa: Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos, Natal: Cicero Correia, Francisco de Assis, Macaé: Régis Cavalcanti, Campina Grande: Jonas Araújo.

Diretor - Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - (CEP 05415 - Telefones: 280-4759 - 853-6680 Distribuidora (Rio, SP, BH, Brasília): Super Bancas.

Composto e impresso nas oficinas do Grupo Impresor de São Paulo Rua dos Italianos, 463 - Telefone 221-6929

## A festa continua

Estão falando agora em um "Partido Socialista Municipalista" com a sigla PSM, que corresponde às iniciais de Paulo Salim Maluf, que seria o chefe da agremiação (epa) Maluf socialista?! So se for nacional-socialista, Municipalista? Não sei não...

Como o Maluf faz tudo para agradar o governo federal, poderia mesmo fundar um partido com a sigla PSM, mas com o nome por extenso um pouco diferente: Partido da Sumissão Máxima.

(RVN)

## Tem gente mamando

A Companhia Estadual de Casas Populares (CECAP) de São Paulo, comprou por Cr\$ 7.474.838,80 um lote de 26,76 hectares (ou cinco alqueires mineiros e meio ou, ainda, 11 alqueires paulistas) em Botucatu no ano passado. No preço do mercado, que já é alto,apurou-se que aquelas terras valiam Cr\$ 1.968.799,50. A diferença de cinco milhões e meio de cruzeiros está nos bolsos de uns e outros por aí que agora vão ser processados.

Como sabemos que o processo não vai dar em nada, quem vai acabar pagando isso aí são os compradores das casas que vierem a ser construídas lá. Como sempre, um mamam e muitos pagam.

(RVN)

## Trabalhismos

O trabalhista Olavo Setúbal ataca novamente. Dessa vez, como prefeito de São Paulo, expulsou de sua sala um professor que fazia parte de uma comissão de professores que foi falar com ele.

Setúbal tem sido o patrão mais intransigente, que tem feito o possível para ver os funcionários municipais na miséria total e, era de se esperar, dizem que ele faz parte do PTB da Ivete Vargas.

Esse PTB da Ivete vai acabar ficando só com ela, o Setúbal e o Golbery.

(RVN)

## POR QUE ASSINAR MOVIMENTO?

O jornal Movimento era praticamente o único jornal durante todos esses anos, desde a sua fundação, que a gente, quer dizer, nós os exilados poderíamos ler sabendo que estávamos lendo notícias e nos informando de uma maneira honesta e de acordo com os interesses do nosso povo.

MOVIMENTO é um jornal que a grande maioria dos exilados deposita muita confiança. A gente procurava superar todas as dificuldades, próprias de quem está no exterior, de quem está longe da pátria, pra conseguir buscar este jornal. Então quando a gente conhecia um companheiro que tinha conseguido uma assinatura, já era uma grande coisa, e o companheiro não conseguia ficar nem meia hora com o jornal na mão, tal era a busca e o interesse que nós tínhamos. Daí o jornal circulava de casa em casa. Inclusive na Bélgica, na "Casa Latino-Americana", onde eu trabalhava, o jornal MOVIMENTO, já depois

# GERAIS

## O ubaldismo está chamando o ladrão

De vez em quando, é bom a gente pensar um pouco no resultado de certas ações se, em vez de praticadas contra gente normal, fossem dirigidas contra algum grupo de direita.

É o caso, por exemplo, da estranha perseguição de extremistas de direita contra a "Revista do Henfil" em Brasília (isso sem falar em pichações e bombas contra jornais de oposição, como já foi vítima — e não só uma vez — o próprio Em Tempo). Primeiro, espalharam pregos especiais para furar pneus dos carros estacionados junto ao teatro e distribuíram panfletos contendo palavrões contra Ruth Escobar.

Depois, foram encontradas duas granadas nas dependências do teatro, sendo que a primeira foi localizada por um funcionário do teatro e a segunda — que ironia — pelo ator que faz o papel de "Ubaldo, o paranóico", personagem que tem um medo exagerado da repressão (o que provou que, talvez, na "abertura" atual ele é o mais correto).

No dia seguinte, três bananas de dinamite ligadas a um relógio foram encontradas sob as poltronas. A peça acabou sendo encenada ao ar livre, devido à falta de condições para utilizar o teatro.

Há algumas coisas estranhas nisso tudo.

Uma delas é que as granadas escondidas no palco são de uso reservado do Exército. Outra é que a

própria polícia concluiu que as pessoas que colocaram as dinamites no teatro entendem paca de assunto. Já é um bom começo para qualquer detetive de segunda classe. Mas, outra coisa interessante, os competantíssimos órgãos policiais tão eficientes para descobrir assuntos que lhes interessam até agora não descobriram nada. E nem vão descobrir. Quem descobre as ações violentas dos grupos de direita e seus agentes são pessoas que não têm nada a ver com os organismos policiais — como foi o caso do sequestro dos uruguaios em Porto Alegre, em que dois jornalistas acabaram fazendo o que a polícia não fez (ela estava do lado dos bandidos?).

E mesmo que alguém descubra alguma coisa, nada será feito contra os terroristas de direita. A cadeia não é feita para eles. Ou não? Lembremos quantas ações terroristas direitistas foram feitas de algum tempo para cá e quantas pessoas foram presas por isso: não há nenhum preso.

Enfim, voltamos ao primeiro parágrafo: e se fosse contra algum órgão ou entidade direitista, qual seria o resultado? Provavelmente muita gente presa e, talvez, até uma desculpa para novo endurecimento do regime. Infelizmente, quem está tendo razão nisso tudo é mesmo o Ubaldo.

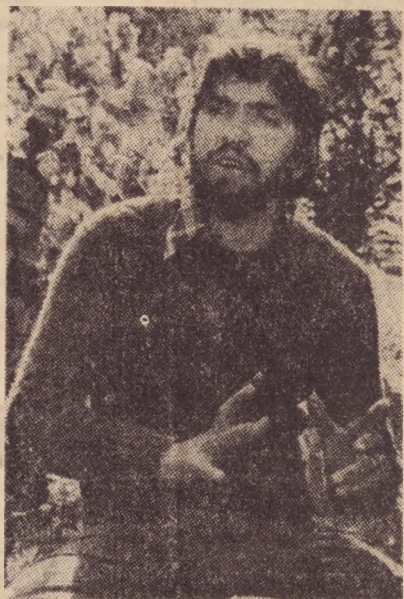
(RVN - o neo-paranóico)

## SINOPSES

O Francolino já está fazendo escola. Isso ficou provado quando o ministro da Educação, Eduardo Portela, esteve em São Paulo, na semana passada.

O ministro recebeu, além de uma comissão de residentes, uma comissão de diretores demitidos pela Secretaria Estadual da Educação que lhe contaram o que estava acontecendo aqui: os diretores que se negaram a dedo-durar os professores grevistas foram demitidos. O ministro falou que ele também não gosta de dedo-duro e que não sabia que isso tinha acontecido. Quem ficou sem graça foi o Secretário da Educação (péssimo, por sinal) que acabou falando que as sinopses enviadas ao ministro talvez não estivessem completas.

Agora, Minas tem um governador de sinopse e São Paulo um secretário de sinopse. — RVN



JOSE IBRAHIM

Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco nas greves de 1968; banido do país em 1968; exilado de 69 a 79; hoje no Brasil.

de alguns meses, estava chegando regularmente e era vendido na "Casa" onde todos os brasileiros iam buscar, tal era o interesse de ler esse jornal que sempre travou o combate pelas liberdades democráticas em nosso país.



## O convalesce da integração burguesa

O empresário Mario Garnero, da Brasilinvest, presidente do Fórum das Américas, foi o principal articulador desse congresso — "A livre iniciativa e a integração continental", realizado durante

## PT sem amenidades

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luís Inácio da Silva, declarou no 10.º Congresso Nacional dos Metalúrgicos que "um partido do trabalhador terá como meta uma sociedade socialista".

Isso contradiz o que esperam alguns pelegos, que pretendem um Partido do Trabalhador com características de uma extensão de seus sindicatos inatunantes. Partido do Trabalhador é o proposto por Lula — o resto são amenidades.

(RVN)



Camilo, Penna, ministro da Indústria e Comércio, olha para a fotografia.

## Em Tempo promove debates em Minas

A Sucursal de Belo Horizonte do jornal EM TEMPO promove na semana de 18 a 22 de junho, o PRIMEIRO SEMINÁRIO SOBRE CONJUNTURA E NOVOS PARTIDOS, a ser realizado no auditório da Faculdade de Ciências Econômicas, a rua Tamóios, esquina da Curitiba. Sempre às 20:00 horas. A programação consta dos seguintes temas e debatedores:

- 18/6 — O MDB E OS NOVOS PARTIDOS  
Palestra de: Alberto Goldmann, deputado federal pelo MDB-SP  
Debatedores: Didimo de Paiva (jornalista) e João Machado (economista)
- 19/6 — SOCIEDADE, DEMOCRACIA E PARTIDOS POLÍTICOS  
Palestra de: Fernando Henrique Cardoso, suplente de senador pelo MDB-SP  
Debatedores: Fábio Wanderley Reis (cientista político) e Fausto Brito (Jornal EM TEMPO)
- 20/6 — O PARTIDO DOS TRABALHADORES: O QUE É?  
Palestra de: Lula (Luís Inácio da Silva), presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.  
Debatedores: Ignácio Hernandez (operário metalúrgico da Contagem)  
Michel Marie Le Ven (sociólogo)
- 21/6 — SOCIALISMO, DEMOCRACIA E PARTIDO POLÍTICO  
Palestra de: Eder Sader, sociólogo (Jornal EM TEMPO)  
Debatedores: Nilmário Miranda (jornalista do Jornal dos Bairros)  
Bernardo Sorj (cientista político — UFMG)
- 22/6 — SINDICALISMO E NOVOS PARTIDOS  
Palestra de: Paulo Mattos Skomov, Presidente do Sindicato dos Couros de São Paulo  
Debatedores: João Paulo Pires Vasconcellos (Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade)  
Virgílio Guimarães (economista)  
Preço do Seminário: Cr\$ 200,00 — Estudantes: Cr\$ 100,00 — Avulso: Cr\$ 60,00.

## LANÇAMENTO

Foi lançado em São Paulo, o livro em quadros "Sou Muito do Machado, Meu Amor", de autoria de Beruja Correia de Souza, estando à venda nas livrarias. "Sou Muito do Machado, Meu Amor" é um monólogo satírico narrado pelo personagem Ratazana. Em termos visuais, trata-se de um show burlesco no teatro de revista.



## ERRATA

Nos três últimos números, EM TEMPO tem chegado até o leitor com vários erros técnicos, particularmente de identificação de autores. E que estamos sendo forçados a mudar sucessivamente de gráficas e os erros devem-se a problemas de adaptação. Não é por nossa vontade que isso venha acontecendo, podem todos os leitores crer. Assim, publicamos abaixo uma ERRATA GERAL pedindo as oportunas desculpas aos leitores e aos autores prejudicados com os erros. Vamos lá:

EDIÇÃO N.º 67 — DE 8 A 14 DE JUNHO  
A ENTREVISTA DE JOSÉ IBRAHIM, ex-presidente do sindicato de Osasco, em 68, foi concedida a Eder Sader, Tom Duarte, Marco Aurélio Garcia e Antonina Silveira. Fotos de Emílio Brauns F.

O artigo UMA ANISTIA POUCA AMPLA, NADA GERAL, E MUITO RESTRITA é de autoria de Luiz Eduardo Greenhalg, advogado e dirigente do CBA-SP. Foi escrito para nossa página de OPINIÃO, mas entrou em lugar diferente. A foto também nada tem a ver com a matéria (talvez servisse mais para uma coluna social de um jornal da anistia...) — é que não foi feito o devido corte na gráfica.

O informe sobre o encontro partidário de São Bernardo — UNIDADE POPULAR CONTRA A DITADURA — NÃO é de autoria de Flaminio Fantini, mas de FLAVIO ANDRADE.

O jornalista ANTONIO CARLOS FELIX NUNES não tem absolutamente nada a ver com a matéria sobre a greve da Mannesmann em Belo Horizonte, embora o texto apareça com sua assinatura. Trata-se de um capítulo inédito de um livro de Ignácio Hernandez, metalúrgico da região, como aliás, também diz a introdução.

A resenha VOCE VENDERIA UM COMPUTADOR A PINOCHE? acerca da internacional da repressão no Cone Sul, é de autoria de Flaminio Fantini.

Além disso, faltou o Lor no Piquetão com o "Ze Paraíba".

EDIÇÃO N.º 66 — 1 a 7 DE JUNHO  
Foi uma pena que o logotipo EM TEMPO, da primeira página, não saísse a cores! Limitações técnicas da impressora utilizada naquela semana impediram que o tradicional tom vermelho do jornal aparecesse (alô, alô, DOI-CODI, não interprete mal!).

Mais uma vez o fotógrafo Cândido Fernandes, de Paris, leva a pior conosco. Infelizmente, suas fotos de Manoel da Conceição, o ex-líder camponês saíram sem assinatura.

A análise a respeito da greve dos jornalistas de São Paulo, publicada na última página, foi redigida por CARLOS TIBERCIO, direito dos piquetes para a redação.

Lamentavelmente, a cobertura do principal assunto da semana (a reconstrução da UNE) ficou prejudicada, por recusa da empresa gráfica em produzir nosso texto, devido aos atrasos decorrentes com a mudança de maquinário. Perdão, estudantes...

EDIÇÃO N.º 65 — 25 a 31 DE MAIO  
DOM PEDRO CASALDALIGA na pag. 11 está respondendo a uma pergunta, que não apareceu: POR QUE ASSINAR MOVIMENTO? Trata-se de um anúncio do semanário Movimento, em que o hispo recomenda sua assinatura.

A entrevista com LULA acerca dos planos do PT foi concedida a Flavio Andrade. Idem, idem, com o depoimento do sociólogo Fernando Henrique Cardoso.

O texto NÃO CONCORDAMOS COM NENHUM CHAPÃO saiu também sem qualquer referência. E uma carta do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais, a nós remetida, sobre a preparação do congresso da UNE.

Uma fotonovela policial

# A CHANTAGEM

O DOPS ATACA!

Entrevistamos Engels

E mais: Zé Celso, VanGogh, Domitila

nas bancas!

versus

## Assine EM TEMPO:

Nome ..... Profissão .....

Idade ..... Endereço .....

Bairro ..... Fone ..... Cidade .....

Estado ..... CEP ..... End. Comercial .....

Horário ..... Fone ..... Estou enviando o cheque n.º .....  
do Banco ..... em nome da Editora. Aparte S/A

Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte MG, CEP 30.000 Em  
São Paulo, Rua Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo - (SP)  
CEP 05415, fone 853-6680

Anual: Cr\$ 600,00  
Semestral: Cr\$ 350,00

Exterior  
Anual: US\$ 90,00  
Semestral: US\$ 50,00









**Denúncia: é crescente a miséria social dos lavradores do vale do Rio São Francisco. Uma reportagem feita pela Comissão Pastoral da Terra.**

# Agonia à margem da vida

Um futuro cada vez mais incerto perse que nada menos que oito milhões de habitantes do vale do Rio São Francisco. Em nome do progresso, o governo e os empresários vêm nos últimos anos intensificando a exploração do potencial hidrelétrico do rio e das possibilidades agro-industriais das suas margens em cinco Estados, de maneira tão predatória que o "Velho Chico", como é conhecido também, agoniza. A CHESF e a CODEVAF, órgãos do governo, aliadas aos grileiros, espalham o pânico nas mais diferentes localidades e mereceram a recente condenação da Comissão Pastoral da Terra, que está divulgando uma substancial reportagem de Mariluce de S. Moura, que per correu as regiões mais atingidas. A primeira parte do texto vai condensada nesta página.

ARA cerca de oito milhões de pessoas que vivem nas margens do Rio São Francisco, ao longo de cinco estados do Brasil — Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe — este curso d'água e a sua própria vida sempre tiveram destinos ligados.

A vida não poderia ser compreendida sem o rio. O rio era a fonte da vida. Ele indicava quando era época de plantar, de colher, de pescar. Ele se oferecia com o que podia trazer de bom para todos aqueles homens que viviam dele e faziam também as suas exigências: no tempo da cheia, tudo já devia estar colhido. Homem e rio se entendiam.

Nas terras férteis da vazante, na margem e nas muitas ilhas do rio, os homens plantavam o milho, a mandioca, o feijão de araque, a abóbora, a batata. Sabiam que depois da cheia, as águas tinham deixado as terras muito boas para plantar. Nas várzeas inundáveis, em outros pontos do rio, os homens plantavam arroz. E nas águas calmas, ao longo de quase todo o rio enorme eles se acostumavam a pescar. Lançar suas redes e em tempo bom trazer os pequenos barcos com muitos peixes.

Quase sempre, os homens que plantavam com a vazante também tinham em terra firme, perto do rio, uma pequena roça, onde plantavam com a chuva e onde além do feijão, da mandioca, do milho, costumavam ter algumas fruteiras — mangueiras, umbuzeiros, bananeiras. Nessas pequenas terras em ponto firme, eles costumavam ter algum gado, ou a criação miúda, cabras, ovelhas entre outros bichos.

Mas a cada ano que passa essa situação vai sendo modificada, como pode constatar facilmente quem percorrer as margens do "Velho Chico", como também é conhecido o Rio São Francisco, nos seus 2.600 quilômetros de extensão, da nascente até o mar.

**As grandes acusações**

Na fazenda Caicara, onde estão quase 30 casas de estuque, se desmanchando pouco a pouco, o rio realmente está a poucos passos. E os descendentes diretos dos Xokós estão obrigados a viver quase que de doações de outras comunidades vizinhas.

Mais abaixo, em Pindoba, no município de Neópolis, Sergipe, o velho Antonio Vieira Barbosa, sentado na sala de sua casa, olha a antiga plantação de arroz, em frente à casa, que se estendia até o riacho Mussulpe, adiante vários metros: "Com essa terrinha daí, sempre conseguia comprar roupa pros nove filhos no fim de ano.



Essa terra era herança do meu pai. Aquil nasceu e me criou e me acostumei a trabalhar. Sabia quando a várzea alagava, sabia quando a várzea descaía, tirava arroz bom daí.

"A terra foi desapropriada — prossegue ele. Construíram uns diques, o rio não vazava e não enchia. As águas estão niveladas. Eles ainda não fizeram nada. E eu só aqui olhando. Todo mundo está perdendo as terras e a gente, quase nenhum tem mais do que viver. Quem ficou com alguma rocinha no alto, ficou mais pobre, mas ainda dá pra se virar. Mas é uma tristeza".

São todos eles — Gabriel, Bartolomeu, Pedrito ou Antonio Barbosa — homens que sempre estiveram ligados ao rio. De forma diferente, sempre foram explorados por outras forças que eram contra o rio ser generoso para eles. E hoje, por diferentes circunstâncias são expulsos de uma convivência estabelecida com o rio.

Esses homens, como milhares e milhares de outros que se espalham em volta do Rio São Francisco, têm hoje a sua história modificada por três seres que se apresentaram no Rio São Francisco: a CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), a CODEVAF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e a grilagem.

No Rio São Francisco, nestes anos 70, um nome se transformou quase em terror. Para milhares de lavradores ele passou a significar a perda de suas terras, a perda de suas culturas, a expulsão do lugar onde sempre viveram, a destruição de comunidades formadas ao longo de muitos anos. E também a significar o fim de suas cidades e povoados o enteiro sob as águas de suas casas, suas igrejas e até a perda de seus mortos nos cemitérios. Este nome é CHESF.

Expulsos da beira do rio, com quem sempre se entenderam, jogados na caatinga, em muitos casos, os lavradores perderam um pouco da sua força e da sua segurança. Dentro de cada um, perderam um pouco do que eram. Tentando explicar isso, o bispo de Juazeiro, na Bahia Dom José Rodrigues diz assim: "O Rio São Francisco fazia parte da paisagem espiritual dos lavradores que viviam nas suas margens. Quando lhes tiraram o rio, arrancaram alguma coisa de sua alma".

Foi por isso que um velho — é Dom José Rodrigues quem conta — da cidade de Casa Nova, inundada pelas águas do lago de Sobradinho, olhava o dia inteiro para as bandas do Rio e começava a chorar. Olhava e chorava e desse jeito foi definhando até morrer.

Até um tempo não muito distante, o "Velho Chico"

era conhecido como o "rio da integração nacional" porque ligava diferentes regiões do Brasil. Mas, desde que se começou a implantar a usina hidrelétrica de Paulo Afonso em 1948, e principalmente com a sua inauguração em 1955, o governo passou a ver o Rio São Francisco, antes de tudo como gerador de energia elétrica.

O rio ia passar a servir para alimentar com energia as indústrias que deviam se instalar no Nordeste e as cidades que deviam crescer muito com essas indústrias. Para as pessoas que dependiam do rio para viver, essa energia de pouco ou nada ia adiantar, porque eles não tinham energia elétrica na maioria de suas comunidades.

Depois de Paulo Afonso, veio, em 1962 a construção da represa de Três Marias, em Minas Gerais, perto das cabeceiras do rio, que prejudicou muito a pesca no médio e sub-médio São Francisco.

Veio a construção de mais duas usinas em Paulo Afonso, a PA-2 e a PA-3, esta terminada em 1973. E para completar o que a CHESF chama de um sistema integrado veio em 1970 o projeto da barragem de Sobradinho, junto com as usinas Paulo Afonso — 4, Moxotó, Pedras, Itaparica, mais uma hidrelétrica abaixo da represa de Sobradinho e outras ainda em projeto. No total, 11 usinas.

A hidrelétrica de Ixo-

tó, inundou, em 1973, a cidade de Glória e vários de seus povoados, desalojando alguns milhares de pessoas. Sobradinho trouxe o maior deslocamento de população já verificado até hoje, retirando de suas terras mais de 70 mil pessoas.

A hidrelétrica de Itaparica, na região de Petrolândia, Pernambuco, começou a desapropriar, já agora, alguns milhares de pessoas. Mas a CHESF ainda não respondeu a perguntas como: que área de terras será inundada? Quantas mil pessoas perderão suas terras, seus bens, suas formas de vida?

São todas obras gigantes, que representam bilhões de cruzeiros gastos. E tudo isso para garantir energia suficiente para o Nordeste só até 1990. Dentro de mais 11 anos, todos os sacrifícios impostos diretamente a mais de 100 mil pessoas (e indiretamente a um número muitas vezes maior) já não vão assegurar nem mesmo a energia que o governo diz que o Nordeste precisa. Até lá já se terá tirado do rio tudo o que ele pode oferecer de energia. Depois disso, segundo disse um engenheiro da CHESF, só com energia nuclear ou gerada na Amazônia.

Por causa dessas coisas, falando de Sobradinho, que está na área da diocese é o bispo Dom José Rodrigues diz: "Seriam mesmo necessárias essas obras nas propor-

ções que estão sendo feitas? E se são necessárias por que antes de se pensar nas britadeiras, no cimento armado, nas máquinas não se pensou no homem, esse homem do São Francisco? Por que tem que se fazer um progresso para enriquecer quem já é rico e desgraçar o pobre?"

Um lugar quente e desolado, que transmite uma certa sensação de tristeza e desanimo, se levanta a cidade de Nova Glória. Casas simples, algumas vendinhas, a igreja, a escola, ruas empoeiradas e um movimento tão pequeno que, chegando lá, pode-se pensar que a cidade está abandonada.

O município de Glória tem cerca de 10 mil habitantes e foi atingido pela hidrelétrica de Moxotó em 1973. Passou todo esse tempo e a nova sede construída para o município é uma cidade não terminada.

Sentado na sala de sua casa, "seu" Armando Ferreira Soares, um velho de 72 anos, fala comovido: "A gente tinha uma ilha e a beira da vazante na Glória antiga. Tinha uma casa grande com duas salas tinha uma canoa. Plantava feijão, batata, melancia. Conseguia, às vezes, tirar da roça, um caminhão de melancia, para vender nas balsas. Aquil, tenho só essa casa que prometeram a escritura e até hoje não veio. Por tudo que eu tinha a CHESF me deu somente cinco mil".

Ele passa a mão nos olhos e continua seu depoimento: "Lá em Glória, o Exército amarrou corda na cumeira das casas de quem não queria sair e derrubou tudo. Eu não queria assinar, não concordando com o preço que eles queriam me dar para indenização. Mas eu não podia fazer nada contra uma companhia poderosa dessas, que tinha 40 advogados, o Exército e o governo, tudo ao seu lado. E aí foi tudo assim — a gente aceitou a indenização que eles queriam dar, e foi jogado aqui, sem assistência, sem nada".

"Seu" Armando conta que avisaram que ele tinha que sair seis meses antes: "Aí foi aquela coisa — vendi umas 50 ovelhas por 1.500 contos, quase de graça. Das 20 cabeças de gado que tinha, morreram oito, o resto vendi por besteira. Vendi 70 bolas de arame por 1500 contos e na verdade valia uns 35 mil. Era o desespero, o medo de não ter coisa nenhuma. Na Nova Glória fiquei dentro dessa casa, três vezes menor do que a que tinha, recebendo 1.404 cruzeiros de aposentadoria da Prefeitura, onde trabalhei 43 anos e terminei como chefe do serviço de finanças. Do INPS recebo pouco mais de 500 cruzeiros".

A diretora do ginásio de Glória conta que na beira do rio, perto da nova cidade, muitas pessoas que saíram da antiga não conseguiram fazer roças, porque outras pessoas de Paulo Afonso chegaram primeiro e ali plantaram: "A cidade ficou muito dependente de Paulo Afonso, porque antes era pequena mas tinha feira, tinha tudo. Agora só tem as vendinhas mesmo e o jeito é comprar comida e tudo em Paulo Afonso".

Nem todos que saíram da sede de Glória Antiga se realocizaram na nova sede do município construído pela CHESF. Muitos foram para Quixaba e outros povoados. Um desses é o velho lavrador Manuel Barbosa Fortes, o Lelé Parreira, de 65 anos.

Quando ouvi falar na inundação da Glória, "seu" Lelé Parreira olha firme e diz assim: "Falar nisso é mexer com a coisa que tenho mais raiva na vida. Eu saí da Glória rebocado pelo Exército. Quando veio essa história dessa barragem de Moxotó, o que se viu no começo foi o dr. Lindolfo, um doutor da CHESF, botando tudo que era cabra brabo no bolso. Sabia salivar o homem e a gente nem esperneava. Era uma conversa bonita de que a gente ia receber outra terra adiante. A CHESF iria irrigar terra pra gente, ia ser a melhor das maravilhas".

Ele tinha uma terra grande com capim e gado. Era propriedade com escritura, registro no cartório de imóveis e tudo isso, essa papelada ficou no serviço jurídico da CHESF, sem nunca ser devolvido".

No dia que chamaram "seu" Lelé na CHESF para o pagamento, um empregado da companhia buxiou no seu ouvido que valia 12.800 contos. Mas, quando no escritório lhe comunicaram o preço, ele só tinha a receber 1.400 cruzeiros.

Depois de criar muito caso, resistir aos doutores da CHESF e até mesmo aos sargentos que foram até à sua casa para botá-lo para fora na marra, Lelé Parreira acabou recebendo 5.260 cruzeiros.

Quixaba, o povoado onde mora Lelé Parreira, tem 266 casas. Quase duas mil pessoas. Mas, quase ninguém resistiu como ele à CHESF. A grande maioria aceitou as indenizações propostas, sem discussão. Para eles, como diz dona Elza Soares de Souza, que tem nove filhos, "era como se ninguém pudesse fazer nada. Todo mundo tinha mesmo que sair. Isso era o que a gente sabia. Desse modo, preferia receber qualquer coisa, para não ficar sem nada". Outra perda que ela não se conforma: "A igreja era muito bonita. Desmantelaram tudo. No alto, tinha uma cruz iluminada e já daqui vi um dia quando a torre caiu e

a cruz também foi cortada. A gente ficou muito triste".

O seu longo caminho, o "rio da integração nacional" aparece com características diferentes e por isso se divide em quatro zonas: Alto São Francisco, em Minas, onde está sua nascente; Médio São Francisco, de Pirapora, até a barragem de Sobradinho, no Estado da Bahia; sub-médio São Francisco, de Sobradinho até Paulo Afonso (nessa zona, ele divide a Bahia de Pernambuco); e Baixo São Francisco, de Paulo Afonso até o mar, e que é o trecho onde ele passa por Alagoas e por Sergipe.

O Vale do São Francisco — ou seja, as terras que estão sob a influência desse rio — é uma região enorme, com aproximadamente 640.540 quilômetros quadrados. Todo rio grande como este, de alguma forma, é uma riqueza natural e por isso atrai sempre as populações para suas margens, para o seu vale. Em toda a bacia do São Francisco, calcula-se que vivem oito milhões de pessoas.

Os primeiros e mais antigos habitantes do Vale do São Francisco foram os "coronéis", com digenas. Mas depois vieram os "coconéis", com uma história de violências e prepotência, misturada com paternalismo. As populações formadas por índios, escravos e brancos, com menor poder econômico, foram sempre subjugadas.

Colonos "posseiros" são uma velha tradição no Vale do São Francisco e por muitos anos eles foram apenas tolerados pelos "senhores de terra". Nessa época, o país estava mais interessado no café, na cana, no cacau e a economia no São Francisco se arrastava. O governo não tinha um grande projeto para ele.

Foi em 1948, que veio a decisão do governo de aproveitar o Rio São Francisco como uma fonte importante de energia. E a CHESF chegou com suas hidrelétricas, pouco a pouco invadindo tudo. A tal ponto que as obras que estão sendo executadas ou estão projetadas hoje, esgotam o potencial de energia do rio.

Vieram depois as idéias de desenvolvimento do Vale, com projetos de agricultura irrigada. Mas isso não resolvia a questão de um projeto para o Vale. E, já no final da década de 60, havia o interesse de atrair empresários do Centro-Sul, para investir no vale. Para isso o governo precisava criar o que se chama infra-estrutura: estradas, órgãos de assistência técnica à produção, programas especiais de crédito, aeroportos, etc.

No final de 1972, o Ministério do Interior e o Ministério do Planejamento patrocinaram a viagem de empresários às áreas mais ricas do vale. A essa altura, glebas imensas já haviam sido tomadas por norte-americanos, conforme apurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito, cujos trabalhos se encerraram em abril de 1968. O resto poderia ser entregue aos empresários do Centro-Sul — assim pareciam pensar eles.

Mas pode-se dizer que a idéia de ocupar o São Francisco com grandes empresas agro-industriais tomou mais corpo em 1973. Esse ano marcou o fim de uma época de muito crescimento econômico no país que o governo chamou de "o milagre econômico".

No campo o que passava a ser importante para o governo não era a distribuição de terras aos agricultores, mas a chamada "modernização" e a chamada "ampliação da fronteira agrícola". Essa "modernização" e essa "ampliação" — com violência, expulsão de posseiros, substituição do meeiro pelo diarista, etc. — tinha que ser através da grande empresa: a empresa que compra máquinas e equipamentos, que planta produtos que dão mais lucro para ele do que o feijão, o milho, e que, algumas vezes, industrializa o que planta.

## Convivência dificultada

Num pequeno povoado, cinzento em parte, em parte avermelhado, cerca de dez homens assistem em torno de uma árvore à matança de um cabrito. Ele será a comida de uma parte considerável das famílias que moram nas 100 casas do lugar, naquele dia.

O pequeno povoado chama-se Marcos, ou Marcos Novo, um distrito do município de Remanso, na região de Juazeiro, no médio São Francisco, representadas com a barragem de Sobradinho.

Olhando pacientemente a morte do cabrito, Gabriel Gomes da Silva, 44 anos, 14 filhos, começa a contar: "A gente plantava cinco, seis ou sete tarefas de terra na Ilha e todos tinham a vazante. Sabia quando o rio ia encher, sabia quando ia vazar. Plantava feijão, milho, melancia, mandioca, sabendo tudo isso. Nesse novo Marcos, a gente não tem nenhum controle do rio. Anunciam uma enchente, ela não vem e a gente fica sem saber como plantar. O rio agora está fechado para pesca e a gente que tava vivendo nesses tempos só de peixe, tem que se virar. Ainda bem que o pessoal do matão é igual a animal, passa com tudo ou com qualquer coisa".

Com a voz firme, Gabriel resume: "Aquilo lá (o povoado antigo de Marcos) era nosso. A pesca era direta. A criação tava segura. Agora, longe do rio como ele era, tem que esperar a chuva pra ver se vai plantar".

Bartolomeu Gomes dos Santos, um dos que esperam um pedaço de cabrito, faz a sua confissão: "Sabe, eu tou fazendo é um negócio que del o nome de assaltar — pescando escondido pra conseguir comer".

A muitos quilômetros de distância, no município de Porto da Folha, em Sergipe, região do Baixo São Francisco, Pedro Santana, Pedrito para os amigos, um líder de uma comunidade descendente dos índios Xokó, conta das suas relações com o rio e dos que se fizeram donos do rio no caso, a família Brito, de Propriá, Sergipe, da qual o prefeito Antonio Brito é um dos representantes:

"Na lagoa da fazenda Caicara, a pescaria sempre foi na base de três por um — o pescador fica com um peixe e entrega dois ao patrão. Mas isso só depois de ele já haver separado para ele mesmo os peixes melhores e no dia

## Na próxima semana

O contraste do ufanismo de Sobradinho, "o maior lago artificial do mundo" e a desagregação da vida de uma comunidade de 70 mil pessoas. A agricultura arrasada. Os lavradores tocados como animais. A artilagem com o apoio do governo. A chegada das grandes empresas. A resistência.



Goiás: a oposição sindical brota no campo

# Xô, pelego! Saia fora do meu arrozal!

Por Gisele Nogueira

Um movimento de oposição sindical começa a sacudir o imobilismo do espantoso presente no sindicalismo rural do estado de Goiás. O outrora seguro e tranqüilo reduto de notórios pelegos do campo sofreu nos últimos meses reverses significativos. Cinco chapas de oposição às diretorias de entidades em cidades diferentes conseguiram se inscrever para concorrer às eleições, o que já é uma façanha diante das manobras e fraudes dos pelegos, que no campo ainda são mais velhacos que seus similares da cidade. Duas delas conseguiram sair vitoriosas — em Nova Veneza e Bela Vista. Além disso, os trabalhadores rurais tomaram a iniciativa de organizar vários sindicatos, independentes da influência da Federação dos Trabalhadores Rurais, Metaeg, entidade que comanda o sindicalismo atrelado ao governo e aos empresários em Goiás e é dirigida por Antonio Bueno. E, mais recentemente, no Congresso Nacional da Contag, realizado em Brasília, o movimento de oposição sindical se fez presente criticando a FETAEG e defendendo alternativas sindicais que realmente representem os interesses do homem do campo.

## Desarmando os pelegos

A história das Oposições Sindicais em Goiás, na verdade, começou em 1978, no pequeno município de Itaquarú, próximo de Goiânia, com o lançamento da primeira chapa que possuía um programa que realmente refletia os interesses dos trabalhadores. Naquele ano deveria acontecer a segunda eleição para o sindicato — a primeira foi em 1973 com a diretoria eleita através de chapa única. Isso, no entanto, não aconteceu. Logo após a alegação de que alguns dos candidatos da oposição não cumpriam a exigência de comprovação de dois anos de profissão no município, a Delegacia Regional do Trabalho, a pedido da FETAEG, anulou o registro da chapa. O antigo presidente, Geny Alves de Deus

novamente assumiu o sindicato até que outras eleições fossem marcadas. Em 1977, com a oposição desorganizada, ele mais uma vez concorreu sozinho, devendo permanecer na presidência até setembro do ano que vem quando seu mandato se encerra.

Não resta dúvida que, para as oposições goianas, o principal entrave tem sido a FETAEG, que praticamente possui uma máquina de fazer e manter pelegos nas diretorias dos sindicatos rurais. Instrumento este pronto a ser acionado nos períodos eleitorais. O sigilo até praticamente às vésperas do encerramento do prazo de registro de chapas tem sido uma das táticas mais utilizadas. Além disso são incontroláveis as dificuldades impostas aos opositores para conseguirem a documentação exigida.

uma vez que são feitas determinações as mais absurdas, como por exemplo a posse do número do CPF. Faz parte também do ritual a apresentação do tal atestado de residência e trabalho no município, num período mínimo de dois anos, aos que quiserem se candidatar. E completando o quadro de artimanhas utilizadas pela Federação, para poder eleger os seus pupilos além das ameaças pessoais, ela própria participa ativamente das campanhas financiando-as, fornecendo carros para buscar os eleitores, lanches e difamando candidatos.

Pelo lado dos sindicatos as manobras não são muito diferentes, e muitos deles somente divulgam a lista dos votantes no dia da eleição. Isso porque alguns costumam cobrar certas taxas extras dos associados, não permitindo votar os que não estiverem em dia com os pagamentos.

Mesmo assim as oposições conseguiram sair vitoriosas em alguns municípios, em eleições realizadas nos meses de abril e maio. Em Nova Veneza, apesar do prazo para o registro das chapas ter sido comunicado com apenas 5 dias de antecedência os pelegos foram derrotados. E a tentativa de boicote não ficou só aí, pois além das eleições (no caso dos pelegos, é claro) terem sido articuladas com muita antecedência e por baixo do pano, pressões foram feitas, sobre os que apoiavam a "Chapa 2" culminando com o afastamento de dois funcionários do sindicato dos cargos que ocupavam.

Já em Bela Vista a vitória foi maior ainda, pois a pelegada apesar dos esforços de Antonio Nunes, presidente da FETAEG, não conseguiu sequer formar uma chapa. Dessa

forma o trabalhador Nelson Teles foi reeleito.

## Um jogo de cédulas marcadas

Também em Carmo do Rio Verde, a oposição conseguiu lançar a sua "Chapa 2", nas eleições para o sindicato que, fundado em 1975, conta hoje com cerca de 1.700 associados. Ali a notícia sobre a data de registro de chapas saiu com apenas 48 horas de antecedência. Mas a irregularidade maior seria constatada no momento mesmo da votação: nas cédulas constavam os nomes de um sindicato de outra unidade e os candidatos de uma terceira localidade. A oposição marcou o pé contra os pelegos do sindicato e da FETAEG e as eleições foram anuladas.

Em contrapartida a Federação entrou com tudo, em Jussara e Itirapuã, e lá conseguiu derrotar a oposição. O trabalho maior desenvolvido pelos pelegos, nesses dois municípios, foi junto aos aposentados, que por serem isentos de pagarem as taxas (mais de Cr\$ 50 mensais) cobradas pelos sindicatos — quantia essa que, em se tratando dos trabalhadores da região pesa bastante — estavam com o direito de voto garantido. Estes foram buscados em suas casas, receberam lanches e eram sempre alertados de que a "Chapa 2 era de comunistas" e que se não votassem pela reeleição dos seus opositores teriam suas aposentadorias canceladas. Isso sem contar as tais exigências com a papelada de registro de candidaturas, que obrigava muitos a terem de viajar até Goiânia, para conseguí-los.

## Sindicatos livres

Os sindicatos de Uruana e Mossamedes são dois exemplos típicos de entidades que surgiram criadas pelos próprios trabalhadores, sem nenhuma intervenção da Federação. No primeiro caso, há muito tempo que eles reivindicavam a sua existência e, chegaram mesmo a enviar um abaixo-assinado à FETAEG com centenas de assinaturas. Como ela não desse mostras de ter tomado conhecimento do pedido, eles recorreram à CONTAG — Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas — para receberem as orientações sobre os encaminhamentos a serem efetuados para a fundação de um sindicato. Isso foi conseguido em abril de 1977 e nesse mesmo ano foi reconhecido. A Federação, por seu lado, continuou o boicote, sob a tutela da Delegacia Regional do Trabalho, que até hoje não deu autorização para a realização de eleições. O Sindicato funciona desde então com uma diretoria provisória, arcando sozinho com todas as despesas. Nem mesmo um prometido ambulatório médico, em convênio com o Funrural, foi instalado. O dinheiro recolhido de contribuições sindicais, depositado em nome da FETAEG, desde 1977, até hoje está retido.

Em Mossamedes a situação vai mais longe, pois, fundado em 1977, em uma assembleia com mais de 500 trabalhadores rurais, até hoje não foi reconhecido pela Federação. As pressões sobre seus dirigentes chegaram ao ponto de os mesmos receberem intimações a comparecerem à Delegacia para deporem sobre as atividades da entidade, que teve até suas atas vistoriadas.



## ENTREVISTA

### "Há movimentos de base no estado inteiro"

O grupo de trabalhadores rurais que compareceu ao Congresso da Contag como Oposição à direita da FETAEG concedeu uma entrevista a *Em Tempo*, sobre o seu movimento.

"Aqui foram citados apenas alguns sindicatos, mas existem movimentos de base em vários outros lugares, no Estado inteiro. Movimentos de trabalhadores que já enxergaram um pouco além e querem caminhar, mas são barrados, pressionados. A gente tem dificuldade até pra concorrer nas eleições. Mesmo assim queremos fortalecer a nossa luta, nos ligando ao movimento sindical, e não fora dos sindicatos", assinala um trabalhador rural de Itaguara.

"Nos sentimos a necessidade de nos unirmos — prossegue ele — para podermos enfrentar as pressões dos patrões, das autoridades, da injustiça agrária que está aí, do esquema do sindicalismo que é pelego. E ainda por cima vem a Federação, apertando com tudo, querendo marginalizar, mais ainda os trabalhadores do campo".

O primeiro passo para a consolidação dessa união, em termos regionais, foi dado em abril, quando mais de 90 trabalhadores rurais, provenientes de 25 municípios, se reuniram em Goiânia e tomaram a decisão de denunciar, em todos os níveis, a situação da classe e também o peleguismo instalado em suas entidades, a começar pela Federação do Estado.

Decidiram, ainda, participar do III.º Congresso

uma vez que a FETAEG, ao contrário do regimento divulgado pela CONTAG, definindo que os delegados deveriam ser retirados em assembleia dos sindicatos, após cada um ter discutido em suas bases, quais os pontos a serem apresentados no Encontro.

"Aqui não foi feito nada disso. A FETAEG escolheu quem ela achou mais conveniente. Então os sindicatos, e trabalhadores que já estão mais esclarecidos e levando algum trabalho junto às casas, nos reunimos e resolvemos pedir diretamente à CONTAG autorização e vagas para irmos a Brasília", explica Vanderlei. Segundo a própria direção da Confederação, que acatou o pedido, a participação de oposições sindicais no Encontro foi um fato inédito, pois antes elas nunca haviam conseguido chegar até lá.

Um dos objetivos do grupo, com cerca de 10 representantes das oposições goianas foi, justamente denunciar a atuação da Federação, segundo eles mesmos descrevem:

"Ela não dá assistência, atrapalha mais que ajuda, e sentimos que era preciso que o Brasil todo tomasse conhecimento disso, do que a gente está sofrendo. Ela (a FETAEG) por fora apresenta-se com uma cara e aqui dentro com outra".

Para eles, o problema que mais tem afligido o trabalhador rural em Goiás, além do peleguismo comandado pela entidade maior no Estado e da legislação sindical "injusta",

é a questão da expulsão do homem do campo para as cidades, que tem provocado a incidência de bóias-frias em outros Estados e o desemprego nas cidades: "A gente vê o homem sendo substituído pelo boi e pela máquina, em nome do progresso. Os fazendeiros dispõem os peões, que vão inchar as cidades, morar em corredores, pois não tem condições de viver com mais dignidade. A conclusão que a gente chega, então, é que faltou a terra faltou tudo".

A solução que apontam é uma Reforma Agrária "amplos e total". "O governo não vai fazer nada pra melhorar a nossa situação, e o que eu vi nas palestras dos ministros (Previdência Social, Trabalho e Agricultura) não passam de uma farsa, promessas para acomodar mais ainda o trabalhador rural e fazer com que ele continue esperando", assegura um dos entrevistados.

Um dos aspectos que eles consideraram mais importantes da participação no Congresso diz respeito ao encontro com outros que pensam e tem atuado da mesma forma: "Aqui nós descobrimos não somente a situação do trabalhador rural no Brasil inteiro é a mesma, mas principalmente que em outros Estados tem pessoas atuando como a gente". Para nós a descoberta desses companheiros foi importante, pois é essa ligação que vai nos dar condições de continuarmos lutando em defesa da classe e em busca de terra pro homem trabalhar", disseram eles.

## DOCUMENTO

### O programa da oposição rural

#### Situação do povo do campo

- Sem terra para plantar, sem lugar de morar
- Alguns que conseguem uma terrinha para plantar do jeito que quer, ainda não manda no preço da sua produção.
- Sem liberdade, acaba sendo mandado e contratado da classe patronal.
- Os pequenos proprietários e os posseiros não tem assistência e acabaram sendo usados pelos grandes para ser contra os trabalhadores rurais, e com isso cada vez mais minguaos.
- Os trabalhadores do campo acabam nas beiras das cidades, viram bóias-frias e as mulheres muitas das vezes, viram prostitutas, os filhos sem alimentação.

sem condição de trabalho, de estudo, e acaba virando ladrão as filhas é obrigada se prostituir entrando no jogo do sistema que FERRE O PRINCÍPIO MORAL DO TRABALHADOR RURAL. Se o homem da cidade fosse jogado no campo como eles se sentiriam? Será que fariam como os homens do campo?

— As leis que foram feitas para ajudar fixar o trabalhador rural no campo por um lado ajudam, por outro lado jogam o trabalhador rural fora da terra, e com isso o trabalhador rural sobre pressão de todos os tipos, é marginalizado a toda hora e em tudo que faz.

**CONCLUSÃO:** Faltou a terra pro homem do campo faltou tudo. Falta terra falta tudo

Falta alimentação. Faz o caboclo ficar na triste situação.

O povo doente e fraco prejudica a Nação. Faz o homem cachaceiro. Faz o outro virar ladrão. Faz mulher mudá de vida. Prá poder ganhar o pão. Traz a fome e a miséria. Na cidade e no sertão.

**IO:** Diante dessa situação, o que essa estrutura sindical está fazendo para resolver essa situação do trabalhador rural? Diante dos fatos acontecidos, e estudos e debates realizados pelos próprios trabalhadores, especialmente no nosso caso do estado de Goiás, a diretoria da Federação não está ajudando nós trabalhadores a sair dessa situação, e quando nós Trabalhadores Rurais tenta organizar pa-

ra ver uma saída, ela usa tudo para atrapalhar, usa o poder do sindicalismo pelego que está aí por cima de nós trabalhadores rurais. O Sindicato do Estado está voltado para o assistencialismo e muito fraco que não corresponde as necessidades do Trabalhador Rural, e tira o verdadeiro objetivo da luta do homem do Campo pela terra.

Os dirigentes Sindicais viraram uns verdadeiros Funcionários do FUNRURAL sem receber nada da parte do FUNRURAL.

#### Reivindicações: lutas

- Por fixação do homem na terra
- Por melhor condições de trabalho

- Por melhor condições de vida

- Por organização de classe em total liberdade dentro do sindicato

- Por uma reforma agrária global, com a participação do Trabalhador Rural

- Por negociação direta do produtor ao consumidor

- Luta pelo funcionamento da lei que defende o trabalhador

- Por uma melhor assistência de saúde

- Por uma melhor previdência social

- Luta para acabar com as intervenções do Sindicalismo dos Trabalhadores Rurais, especialmente o de ITABERAÍ.

- Luta para reconhecimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais recém-fundados

# O que é o "Saco Agrícola" do Delfim?



O que o recente "saco agrícola" de medidas destinadas ao setor agropecuário visa na realidade é consolidar a base de apoio social ao regime através da garantia da reprodução de pequenos produtores rurais, capazes de servir de respaldo ao partido do governo e abrir uma "fronteira agrícola" para a expansão do capital mercantil financeiro.

por F.N. Costa e J.C. Miranda

Historicamente os esforços conjuntos das áreas fiscal, monetária, e de preços, acionados para o combate à inflação, têm levado à economia brasileira a "crises de estabilização". As consequências imediatas destas são uma queda dos níveis de renda e emprego, com profundos reflexos sociais. Num momento em que o governo tem de conjugar política recessiva com "abertura política" e garantir níveis mínimos de vida à população, a ênfase no setor agropecuário surge como a alternativa que se depara com "menores resistências" para ser acionada.

Senão vejamos. Em primeiro lugar, desde a tentativa de implementação do II PND, não se chegou, a nível das facções dominantes do capital, a se compor um novo "pacto de poder" capaz de viabilizar uma retomada dos investimentos produtivos. Portanto, o que se observa é que o setor industrial encontra-se em compasso de espera até que, tanto a nível da utilização do seu excesso de capacidade ociosa, quanto a nível institucional, se possa viabilizar uma nova trajetória de crescimento. Como a crise de superacumulação

provoca por parte da política-econômica medidas retracionistas, o piso mínimo de crescimento do produto global da economia será dado pelos gastos das empresas estatais — desde que estas não sejam profundamente alteradas — e pela agropecuária. Esta deve se expandir, tanto "produzindo excedentes exportáveis", quanto "ampliando o mercado interno".

O programa de "corredores de exportação" já é bastante conhecido. A novidade das diretrizes do Governo Figueiredo está no projeto de dinamização da agricultura de mercado interno, favorecendo aos pequenos e médios produtores.

O Governo parte de duas suposições na elaboração desse projeto. A primeira é a de que o elevado custo dos alimentos estaria onerando a cesta do consumidor urbano sendo assim, componente importante da elevação do índice de preços.

#### A ESPECULAÇÃO

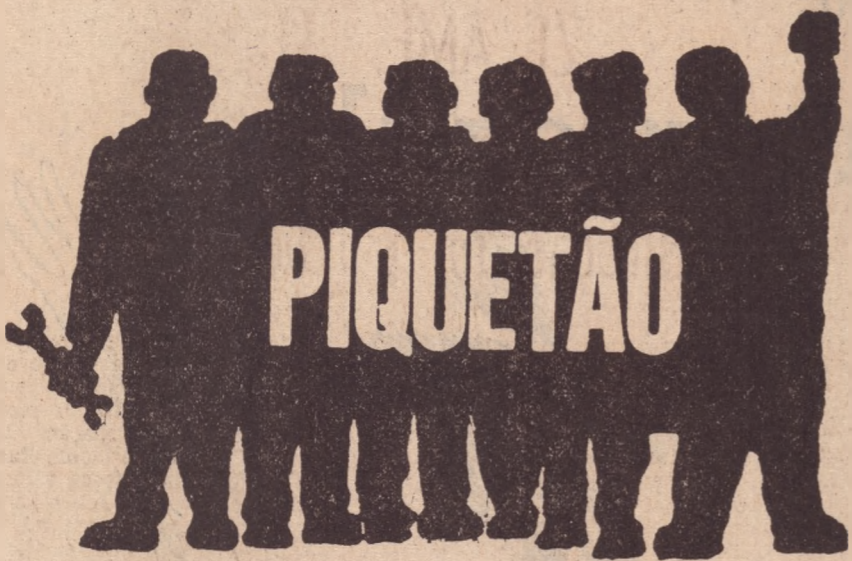
Na verdade, uma questão que há muito se tem debatendo no Brasil, é se a estrutura de oferta agrícola constitui-se num entrave à acumulação urbano-industrial. As evidências são de que a taxa de crescimento da agricultura para o mercado interno tem sido satisfatória face às necessidades de alimentos e maté-

rias-primas dos centros. A restrição pelo lado da estrutura de preços relativos seria devido a intermediação, realizada pelo oligopólio mercantil, que especula com estoques, elevando os preços finais. Nesses termos, as diretrizes governamentais, ao propor um novo encaminhamento à questão agrária, deixaram de lado, entre outros, um problema central: o controle da intermediação mercantil.

A segunda é a de que garantindo-se crédito rural, sistema de preços mínimos e de compra da produção aos produtores, estes se fixariam em seus locais de origem, sem engrossarem as fileiras de desempregados dos grandes centros urbanos. Essas medidas não só garantiriam ao partido do governo o apoio dos pequenos e médios produtores rurais, como também marcariam o início de uma política de controle do crescimento urbano-industrial. Como declarou o ministro Delfim no 3.º Congresso da CONTAG, "o governo considera extremamente importante a constituição de uma classe média rural para a estabilidade do país".

Existiria, ainda, uma outra razão bastante forte para a garantia de preço e crédito aos pequenos e médios produtores rurais: a abertura de perspectivas de novas dívidas primárias para o capital mercantil-financeiro explorar.

# Eis a resposta às mentiras do "Estadão"



Ninguém tá a fim de aceitar a anistia "maneta e pernetá" que Patrônio Portela e Figueiredo querem impor ao país. Entre eles, os trabalhadores que reivindicam para já, a concessão da Anistia Trabalhista. Sem ser divisionista, incluindo-se na luta mais geral pela anistia, ampla, geral e irrestrita que a maioria quer (é só ver a resolução do Congresso dos Metalúrgicos, em Poços de Caldas), ela é mais do que necessária, pois permitirá a indenização, reintegração nos cargos e a recuperação dos direitos sindicais a centenas de trabalhadores demitidos e aposentados com base no Ato Institucional n.º 1.

A aposentadoria ou demissão de funcionários regidos pela CLT com base no AI-1, é duplamente ilegal: primeiro, pela própria ilegalidade do chamado "édito" de força; segundo, porque ele mesmo limitava seu alcance apenas a servidores públicos. E foi com base nele que o governo afastou do trabalho ou de funções sindicais centenas de radialistas (como Mário Lago e Paulo Gracindo), portuários, petroleiros, ferroviários e bancários (foram 67 bancários em todo o país), que passaram a ser considerados "mortos" juridicamente: suas famílias recebem, desde então, míseros salários.

A Anistia Trabalhista já foi proposta por quatro projetos no Congresso Nacional: agora, a comissão de Bancários — o setor que mais vem se mobilizando — decidiu, em reunião realizada no fim de maio, em Brasília, centrar fogo na tramitação do projeto do deputado arenista Marcelo Linhares, ora em tramitação nas Comissões técnicas da Câmara.

## NA MODA

Com Ato ou sem Ato, patrão não vacila, quando se trata de demitir trabalhador: é o que vem acontecendo, em São Paulo, por exemplo, em alguns grandes bancos como o Itaú, Comind e Mercantil. Centenas de demissões — principalmente com funcionários antigos e de melhor remuneração (fala-se que já ultrapassou a cada dois mil demitidos) ocorreram no último mês. Motivo: fala-se que os banqueiros estão intimidados pela possível inclusão, no projeto de atualização da CLT, de dispositivos que contemplem o pagamento de indenizações por tempo de serviço, além daquela já prevista no Fundo de Garantia.

## NA OSRAM TAMBÉM

E a "onda" se estende à Osasco: lá, a "Osram Companhia de Lâmpadas" demitiu 18 funcionários, entre faxineiros, auxiliares de produção. No lugar deles, a Osram está contratando outros trabalhadores através de locadoras de mão-de-obra, como a "Meka" e "Vera Cruz" Diretinho como o diabo gosta: os patrões não têm nenhum compromisso de direitos trabalhistas e, além disso, pela legislação, os trabalhadores eventuais não podem associar-se ao sindicato dos metalúrgicos.

## SACO CHEIO

Os companheiros da Estrada de Ferro Leopoldina, em Campos, RJ., está com as caldeiras quase estourando, de tão cheios que estão com as perseguições e injustiças praticadas pelos engenheiros da companhia. Particularmente por um tal de Bazani, que cismou de botar a culpa nos maquinistas, auxiliares de maquinistas e auxiliares de trens pelos contínuos descarrilamentos das composições, ao invés de admitir que tudo é culpa do descaso com que é tratada a ferrovia pelo governo. Eles estão reclamando, também, dos baixos salários que recebem e do peleguismo do pessoal do sindicato. Se a coisa continuar assim, os "ferrinhos" prometem sair da linha, de uma vez.

## PREPARANDO A PARADA



Richard Alves/Obofe

Comissões de greves em várias seções, formação de grupos para encaminhar o fundo de greve e a formação de uma comissão de base para acompanhar as negociações com os patrões, são essas que o pessoal da Light em São Paulo, anunciou na assembleia realizada na segunda-feira, 11. E o pessoal não aceitou as ponderações de um morador que lembra o fracasso da greve dos motoristas e dos jornalistas da capital, para mostrar a inconveniência do movimento. Neça, o negócio é continuar, decidiu a moçada, ainda mais que a diretoria da Light parece estar pedindo arrego: já ofereceu uma antecipação de 20 por cento. Mas o pessoal, nem quer saber: o negócio é bater pé e pedir 30 por cento de aumento e um fixo de Cr\$ 2.000,00.

No dia 26 tem outra assembleia, a última antes da data marcada para a greve, prevista para o dia 28 de junho. E não se assustem: conforme adiantou um futuro grevista ao PIQUETÃO a cidade não fica sem luz: é a empresa que deixa de faturar (não serão medidas as contas, o serviço de atendimento não funcionará, etc.).

## MOTORIZADA

E no Rio, o pessoal do transporte coletivo não deixa por menos: prometem um repeteço da greve que paralisou a cidade por 36 horas e na qual conseguiram um aumento que beneficiou principalmente os motoristas. Acontece, que tudo não passava de promessas — e ninguém vive delas: os patrões acabaram não cumprindo, não deram aumento, os cobradores foram prejudicados, houve represálias e demissões. Equiparação com os funcionários da Companhia de Transportes Coletivos (do governo do Estado) ou greve é a palavra de ordem que os motoristas, cobradores e despachantes de ônibus levarão para a assembleia do sábado, dia 16.

## DIA 18 VEM AÍ

E com os motoristas e os do troco aqui de São Paulo a situação não está menos conturbada: o pessoal não aguenta mais com tanta enrolação como a que vem sendo feita pelos patrões e pela prefeitura, que estão cozinhando a turma em "banho maria": já se esgotou quase todo o prazo para as negociações, estabelecido depois da greve que paralisou toda a rede urbana, no mês passado. Se até o dia 18, segunda-feira não acontecer nada de mais positivo, a condução desaparece, novamente.

## ENTREGANDO O OURO

A diretoria do Sindicato e o pessoal da Comissão de Salários dos trabalhadores das Minas de Ouro de Curral D'El Rey de Nova Lima, MG entregaram muitos quilates para os patrões: entraram na conversa de que tinham que amolecer, porque a empresa (ainda por cima, Sul-africana) teve muitos prejuízos durante as enchentes, no começo do ano. E os mineiros, que queriam 70 por cento de aumento, acabaram ficando com 25 por cento de antecipação (descontável no próximo disídio) para os que ganham até Cr\$ 4.700,00, 20 por cento para os que ganham até Cr\$ 15.000,00, e 15 por cento para os que ganham acima desse teto.

O presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, David de Moraes, encaminhou no último dia 12 à direção de "O Estado de S. Paulo" e "Jornal da Tarde" uma carta-resposta às matérias e editoriais publicados por esses jornais sobre a greve dos jornalistas. A carta foi enviada nos termos da Lei n.º 5.250 de 1967 art. 29 e seguintes, para fundamentalmente restituir a verdade dos fatos, clinicamente deturpados pelos dois jornais.

Nesta página, está a íntegra da carta de David e uma nota sobre a Carta aberta dos jornalistas ao povo brasileiro", aprovada no dia 9 de junho, no Rio de Janeiro, por representantes de 12 Sindicatos de Jornalistas Profissionais de todo o país.

Na página seguinte, um debate com jornalistas que tiveram papel destacado na direção da greve e a avaliação do movimento feita pela diretoria do Sindicato.

Na última sexta-feira, no Largo de São Bento, em São Paulo, funcionários públicos e jornalistas realizaram um ato público de solidariedade aos demitidos e punidos após as recentes greves realizadas pelas duas categorias.

"1. Do dia 24 de maio o dia 4 de junho, os jornais "O Estado de São Paulo" e "Jornal da Tarde" publicaram diversas matérias sobre a greve dos jornalistas profissionais do Estado de S. Paulo: nessas matérias, diversas afirmações factuais não correspondem à verdade.

2. Não correspondem à verdade as afirmações de que a campanha salarial e a greve não tenham sido desejadas e decididas pela grande maioria da categoria profissional; do início da campanha até o presente momento, a direção sindical, bem como as diversas comissões que a auxiliaram nos diversos passos da campanha, sempre exprimiram a vontade da grande maioria dos jornalistas profissionais.

3. Não correspondem à verdade as afirmações de que o quorum qualificado de dois terços, para decisão da deflagração de greve, tenha obedecido a imposições da lei ou de corporações deste ou daquele jornal. O

quorum qualificado de dois terços foi, única e exclusivamente uma exigência da grande maioria da categoria, que, em duas assembleias consecutivas, separadas pelo espaço de uma semana livremente debateu e aprovou proposta nesse sentido apresentada pela direção sindical.

4. Não correspondem à verdade as afirmações de que a deflagração da greve tenha sido decidida por "aclamação". Estabelecido o quorum qualificado de dois terços pela grande maioria das assembleias, essa mesma grande maioria livremente debateu e aprovou os sistemas de aferição desse quorum. Na primeira assembleia, a maioria decidiu que essa aferição seria feita, em primeiro lugar, pelo sistema de votação individual de braço erguido; se, com isso, não fosse possível aferir a proporção exigida de dois terços, se adotaria o sistema de separação física da assembleia em dois sítios do local em que a assembleia se realizava: se ainda assim não fosse possível determinar com precisão a maioria de dois terços, se passaria à votação por cédula, depositada em urna. Na segunda assembleia a maioria debateu e aprovou um sistema simplificado de aferição, eliminando o passo intermediário da separação física dos votantes em dois sítios: a votação da proposta de greve foi realizada pelo sistema individual de braço erguido e logo no primeiro passo do sistema de aferição do quorum qualificado, verificou-se que a quase totalidade (muito mais do que dois terços, portanto) aprovava a greve, tornando-se assim, absolutamente desnecessária a utilização de qualquer outro sistema de aferição de quorum. O resultado dessa votação não foi contestado por absolutamente ninguém.

5. Não correspondem à verdade as afirmações de que participaram das decisões de deflagração da greve elementos estranhos à categoria. Em todas as assembleias foi feito rigoroso controle de entrada de participantes.

6. Não correspondem à verdade as afirmações de que tenha havido profanação do tempo da Consolação. A responsabilidade de sua utilização foi de nossa categoria. A iniciativa de procurar outros locais para as diversas assembleias partiu, única e exclusivamente, da direção sindical. E a Igreja de São Paulo, ao ceder aos jornalistas a Consolação, por sinal o templo das comunicações na Arquidiocese, seguiu uma das tradições eclesásticas mais caras: a cessão da igreja para aqueles que têm dificuldade em encontrar um local para seus encontros.

7. Não correspondem à verdade as afirmações de que, nos jornais "O Estado de S. Paulo" e "Jornal da Tarde", a média salarial é de trinta mil cruzeiros mensais, e de que os salários dos jornalistas variam de Cr\$ 13.850,00 a Cr\$ 125.000,00. Em pri-

meiro lugar, a média é uma medida estatística absolutamente inadequada para analisar salários, melhor descritos por outras medidas estatísticas, como a mediana e a moda. Mesmo, contudo, se se aceitasse a média como uma medida ilustrativa, ela foi incorretamente aplicada no caso dos salários desses dois jornais. Conforme se verifica da Relação Mensal da Contribuição Sindical de Março de 1979, há 132 jornalistas na faixa de Cr\$ 8.000,00 a Cr\$ 12.999,00, dos quais cerca de uma centena com salários de Cr\$ 8.000,00. Incluídos todos os salários, a média desses jornais é de Cr\$ 24.626,51, e não Cr\$ 30.000,00. Mas, como a média salarial não significa absolutamente nada numa empresa em que há salários iguais ao mínimo legal de Cr\$ 8.000,00 e maiores de Cr\$ 124.000,00, outras medidas estatísticas devem ser empregadas: o salário modal (salário ganho pela maior proporção dos jornalistas da empresa) é de Cr\$ 11.283,58; o salário mediano (salário abaixo do qual estão 50% dos jornalistas da empresa) é de Cr\$ 20.900,00. O primeiro decil da escala de salários da empresa é de Cr\$ 9.750,00 (ou seja, dez por cento dos jornalistas da empresa ganham até esse salário); o segundo decil é de Cr\$ 11.500,00; o terceiro decil é de Cr\$ 13.600,00; e o quarto decil é de Cr\$ 17.300,00. Dos 467 jornalistas da empresa, apenas pouco mais de 30 ganham salários acima de cinquenta mil cruzeiros. Esses dados todos talvez expliquem aos proprietários desses dois jornais o fato, aparentemente para eles incompreensível, de que mais de 60% dos jornalistas de "O Estado de S. Paulo" e a quase totalidade dos jornalistas do "Jornal da Tarde" tenham aderido à greve.

8. Não correspondem à verdade as afirmações de que um caso isolado de violência policial tenha sido generalizado e apresentado como se todo o movimento grevista estivesse sendo combatido violentamente. A verdade é outra. Iniciada a campanha salarial dos jornalistas, os proprietários demonstraram desde logo sua intransigência fechando-se no mutismo; depois, passaram a acenar com supostas benesses, não reivindicadas; depois, contrapuseram ridículas contrafações às reivindicações solicitadas; mais tarde, quando começou a greve, solicitaram e se utilizaram das forças policiais, belicosamente armadas, para dissolver violentamente as concentrações de grevistas diante das portas dos prédios e prender jornalistas; não contentes, determinaram aos caminhões de entrega que saíssem dos prédios a qualquer custo, sob o amparo da proteção armada da polícia militar, mesmo que essa determinação viesse a significar o atropelamento de jornalistas; e a atitude dos diretores desses dois jornais foi particularmente descabida, pois, contrariando a postura liberal que pretendem pa-

ra sua empresa, permitiram que uma tropa de choque da Polícia Militar fizesse manobras no pátio interno do jornal, para, dali, avançar sobre os jornalistas que estavam à entrada do prédio; ali não conteúdos, mantiveram sua intransigência inicial mesmo nos derradeiros minutos da audiência de conciliação e instrução do Tribunal Regional do Trabalho, não cedendo sequer aos apelos conciliatórios do presidente desse Tribunal, que se viu, assim, impedido de apresentar uma contraproposta capaz de levar a um acordo entre as partes; finalmente, através do advogado que os representava no TRT, pediram a decretação da ilegalidade da greve; e, para coroar esse rosário de prepotência, começaram, assim que acabou a greve, a punir arbitrariamente e ilegalmente centenas de jornalistas, fazendo absoluta questão de incluir, nessa dizimação vingativa, dirigentes sindicais e empregadas grávidas.

9. Não corresponde à verdade e, mais que isso, significa um desprezo à inteligência de seus leitores a irresponsável insinuação desses dois jornais de que "... desesperados, os integrantes de um pequeno grupo armado discutiram a tática de hipótese de reprimir os não grevistas baleando-lhes as pernas". Afirmação tão leviana só pode ser atribuída a uma intenção deliberada desses jornais de lançar a confusão e semear o terror, aos moldes da odiosa campanha macartista ocorrida nos Estados Unidos na década de 50. Igualmente irresponsável e leviana, além de evidentemente inverossímil é a afirmação desses jornais de que duas revisoras de "O Estado" tiveram o carro interceptado em uma das pontes sobre o rio Tietê e "por pouco não caíram no rio".

10. Não correspondem à verdade as afirmações de que os proprietários de jornais defendem, sobretudo, a liberdade de imprensa. Tanto o "O Estado de S. Paulo" e o "Jornal da Tarde", quanto os demais jornais, além de terem omitido e deturpado as informações durante a campanha salarial e a greve, mantêm agora o silêncio quase total não apenas sobre a sanha atrabiliária das centenas de punições que estão aplicando sobre seus empregados, mas igualmente sobre as manifestações de protestos contra essas punições e de solidariedade aos jornalistas punidos.

11. Finalmente, todas as demais afirmações contidas na série de matérias aludida no início, ou não se referem a fatos, ou se referem a fatos inexistentes, ou deturpam fatos, e, todas elas apenas exprimem, única e exclusivamente, a peculiar maneira de pensar dos proprietários desses dois jornais."

a) DAVID DE MORAES  
Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de S. Paulo.

## Luta Operária na Zona Leste de São Paulo (12)

# Bombas na Conferência de Paz do PC

A conferência de Paz do PC estava marcada para o dia das mães. O partido põe todos os seus quadros para trabalhar duro na preparação do ato. Era importante dar uma mostra de sua capacidade de mobilização. O dirigente, Gino, tem mais uma de suas brilhantes idéias. Convoca camaradas para explodirem bombas e causar agitação.

Por ANTONIO CARLOS FELIX NUNES

aquele trabalho. Apontou ao Gentil todos aqueles adornos e, segurando-se no braço esquerdo, do companheiro, falou numa voz carinhosa:

— Veja, não é lindo esse quadro da paz! Foi a camarada Mirna quem o conseguiu. Tomou-o emprestado de um velho amigo, seu ex-professor de ginásio, um sujeito rico que vive hoje entre a alta sociedade. E a mesa, com essa toalha toda bordada, não está parecendo um altar de igreja? Só não colocamos o Cristo aí na parede acima dela porque sua imagem mitológica é mostrada sempre sangrando, e o sangue destoa do espírito da paz. E as flores e esses ramos verdes, não estão bem arrumados? Experimente só o seu perfume! Elas inspiram amor...  
Ao pronunciar a palavra amor, Otília suspirou fundo, apertando-se ao corpo de Gentil. Em seguida completou: "Paz, amor, carícias... Ah, como é bom tudo isso!"

Dali ambos se retiraram para a última providência da noite relacionada com a solenidade: lembrar o cientista Mario Schemberg de que sua participação no ato estava de pé. Ele deveria proferir uma conferência sobre o perigo nuclear, com início marcado para às 20 horas, e aguardava a confirmação do convite. Gentil e Otília poderiam comunicar-se com o cientista pelo telefone e assim cumpririam a tarefa em poucos minutos. Entretanto, preferiram fazer-lo pessoalmente. Era oportunidade para um passeio naquela noite morna de maio, unindo-se o útil ao agradável.

Nesse mesmo momento, Gino percorria as residências dos camaradas das células. Igualmente acompanhado na realização do ato, decidira agir por conta própria, visando a reforçar a convocação e, ao mesmo tempo, levar outras idéias aos companheiros com vistas a dar uma maior amplitude ao acontecimento. Nestas últimas horas, fez funcionar sua imaginação fértil, e chegou a algumas conclusões. A comemoração do Dia das Mães e o protesto em prol da paz mundial não podiam ser uma manifestação suave. Havia de ser

rudosa para despertar a atenção das pessoas. Nada de cerimônia muito solene, tipo pregação clerical, limitada às modernas e didáticas palavras do respeitável físico nuclear. Nenhuma ação política (e esta era uma grande ação política, na qual empenhavam-se todos os PCs a nível universal) alcança a repercussão desejada quando empreendida em termos pacíficos, sem grande agitação.

Sim — pensava Gino — há de se fazer estardalhaço para que os objetivos dessa manifestação sejam entendidos como obra do Partido. A massa aprecia barulho, gosta de ver o Partido desafiando a reação com empreendimentos espetaculares. Não será uma conferência em recinto fechado, ouvida em silêncio por pacatas mulheres e crianças, que engajará a massa na luta pela paz mundial. Vendo isso ela até pode pensar que seja coisa de padre, do próprio governo ou de político conservador. É preciso animar o ato, dar-lhe uma conotação festiva, pelo menos.

D casa em casa Gino usou esse argumento, e conseguiu formar um grupo de militantes para por em prática o seu plano. Mais uma vez, sentia-se vitorioso, lograra convencer alguns militantes do acerto de mais esta sua fantástica idéia. Nesse mesmo instante, Gentil e Otília regressavam da casa do cientista, alegres, de braços dados, conversando sobre coisas fúteis. Estavam a pouco menos de 24 horas do ato de sábado, e não havia mais nada a fazer em função dele.

O salão ficou logo repleto. Vieram mulheres e crianças, como estava previsto. Os buquês de flores foram colocados na mesa, para serem, ao fim do ato, entregues pelas crianças às suas mães, num gesto simbólico da convivência das famílias num mundo de paz. Otília, alegre com o sucesso do comparecimento, foi aguardar o grande cientista no portão de entrada, juntamente com outras companheiras. O cientista não demorou. Foi anunciado e recebeu palmas, em seguida houve um completo silêncio no plenário para ouvi-lo. Antes disso, Otília fez uma rápida apresentação do conferencista.

— Hei, camarada, como é que pode! Você viera soltar bombas no ato da paz! Pare com isso senão o cientista não pode falar". Ao que o outro respondeu:

— É ordem do camarada Gino. Ele mandou que, de 60 a 60 segundos eu soltasse um foguete, para alegrar a festa. E eu estou obedecendo. Só paro quando ele mandar...  
Como Gino não surgisse para revoar sua ordem Joaquim proseguiu explodindo suas bombas, e o cientista só iniciou sua conferência dali uns vinte minutos, quando o estocque dos explosivos se esgotou.  
Na próxima semana: O dirigente Gino suspende os direitos políticos de um militante.

A DIRETORIA "Objetivos corretos e uma greve justa"

1º) Nós partimos do princípio de que não houve erro na fixação dos objetivos do movimento. Ou seja, consideramos que o pedido de 25% de aumento e imunidade para os representantes da redação no CCRR é justo para o momento. Como já dissemos acima, a categoria perdeu poder aquisitivo nos últimos 15 anos e atualmente ganha mal. E mais: mesmo o pedido de aumento sendo justo, e ainda pequeno em relação ao que perdemos, não fomos intransigentes com relação ao índice, tanto que três dias após o início da greve balxamos a reivindicação econômica em função da intransigência patronal que estávamos encontrando. É bom lembrar que sempre foi derrotada em nossas assembleias a proposta "25% ou greve", que demonstraria uma intransigência por parte dos jornalistas impossível de se sustentar em termos da correlação de forças...

2º) Partimos do princípio, também, de que não houve erro na utilização de um instrumento de pressão mais forte, como é a greve. Os patrões são intransigentes e hoje, mais do que nunca, mostram a sua verdadeira face de inimigos ferrenhos da categoria. Não vamos recuar e o que perdemos nos últimos 15 anos apenas com argumentações justas e firmes. Sem pressão, não pode haver melhoras econômicas substanciais para a categoria. (...) O descompasso de mobilização entre nós e os gráficos, radialistas e demais categorias que trabalham em empresas de comunicação não nos impede a utilização do instrumento da greve, apenas muda o caráter da greve. Uma greve de jornalistas atualmente não pára imediatamente, nem necessariamente, a produção e distribuição de jornais e revistas e a emissão de noticiários pela rádio e pela tevê. Uma greve de jornalistas, isto sim, produz em pouco tempo uma diminuição sensível do nível quantitativo e qualitativo da informação e queda da qualidade de sua apresentação. Além disso, causa transtornos na programação industrial das empresas. Esses são os nossos trunfos. Não são pequenos. Não há quem possa afirmar que uma greve de desgaste, como deve ser a de jornalistas, não obrigue os patrões a negociar. Não é uma greve de curtíssima duração, é claro, mas é eficaz se levada sem vacilações. No entanto, apesar de o Comando Geral de Mobilização ter feito essa análise desde o início e ter definido que não vamos impedir a distribuição dos jornais, ele não deixou essa posição suficientemente clara para toda a categoria, seja nos documentos por ele emitidos, seja em seus pronunciamentos nas assembleias. Assim, a categoria não estava suficientemente convencida do caráter da greve. Era uma greve de desgaste ou uma greve para parar totalmente a produção e distribuição de jornais e revistas e cortar a emissão dos noticiários de rádio e tevê? Essa indefinição se refletiu no próprio Comando Geral de Greve, que teve orientações contraditórias sobre o piquete de saída. Os piquetes nos dois primeiros dias de greve desenvolveram um heróico mas infru-

tífero esforço para impedir a saída dos caminhões de distribuição. Havia a definição de que os piquetes deveriam apenas controlar a entrada de jornalistas fura-greve, mas havia também a tradição da greve de 1961 — quando, numa conjuntura política muito mais favorável, foi possível barrar a saída dos caminhões de distribuição. A falta de orientação mais clara e de comunicação Comando-piquete-categoria criou a confusão.

Criou-se a expectativa de que conseguiríamos parar a distribuição dos jornais e o sucesso da greve passou a ser medido pelo horário em que os caminhões fatalmente saiam e pelo número de páginas de classificados que eram impressas, e não por aquilo que realmente demonstrava o sucesso da nossa paralisação: a baixa qualidade da informação produzida pelas redações bionicas. Essa desorientação foi, sem dúvida alguma, explorada por alguns participantes da greve que eram contra a greve. Nunca se viu um desmerecimento tão grande da importância profissional do jornalista! Os patrões e seus acólitos diziam que os jornais eram bons mesmo que estivessem cheios de erros de revisão, sem fotos, títulos errados, sem informação importante, os comentaristas de esportes das rádios eram bons mesmo que confundissem o lateral com o centro-avante e assim por diante. Chegou-se a dizer que a greve estava apenas servindo para mostrar que os jornais poderiam ser feitos com menos gente; como se os patrões fossem ingênuos a ponto de serem empregados gente demais apenas porgoria dos jornalistas (...)

3º) Os objetivos da campanha foram discutidos previamente nas redações, em debates encaminhados pelos representantes de redação, e nas assembleias realizadas ainda no auditorio Vladimir Herzog, na sede do Sindicato. No entanto, quando a campanha atingiu a quase totalidade dos jornalistas, não houve suficiente esclarecimento a essa campanha mais ampla da categoria — que então iniciava sua participação na campanha da justiça de nossas reivindicações, o que permitiu que logo após a deflagração da greve, os patrões lançassem o falso argumento de que os 25% eram absurdos, pois a categoria seria rica ou estaria ganhando muito bem. E, a partir do terceiro dia da greve, mesmo uns poucos companheiros nossos, que já haviam sido atingidos pela contra-propaganda patronal, passaram a lançar na categoria dúvidas sobre a justiça de nossa reivindicação econômica. E aos poucos, grande parte da ampla maioria que ganha mal foi se sentindo isolada. Aos poucos foi sendo criada uma situação absurda, em que um jornalista que ganha o piso salarial (e são muitos), se sentia, numa assembleia, o único miserável ao lado de 1.500 companheiros que ganhariam 50, 70 ou 100 mil cruzeiros.

4º) Mesmo com esses erros iniciais, na sexta-feira teria sido possível reorientar a greve e fortalecer o ânimo do movimento. O Comando,

Debate A greve dos jornalistas de São Paulo

Dia 20, quarta-feira, será a assembleia-geral de avaliação da greve dos jornalistas de São Paulo, convocada pelo Sindicato. EM TEMPO, logo na semana do fim da greve, publicou uma análise do movimento, visando estimular os debates. Com o mesmo objetivo, aqui estão três depoimentos de companheiros jornalistas que tiveram uma participação destacada na greve e os principais trechos do balanço da Diretoria do Sindicato, divulgado na última sessão da Assembleia Geral Permanente da categoria, realizada no último dia 6. Os depoimentos são de: José Américo (eleito em assembleia para compor o Comando Geral da Greve; jornalista da Agência Folhas, agora demitido); Ricardo Moraes (entrou para o comando por indicação da Coordenadoria do CCRR, da qual faz parte e deixou o CGC no final da greve para defender o seu término imediato —, é da redação da Gazeta Mercantil); Perseu Abramo (indicado para compor o CGG pela Coordenadoria do CCRR, da qual faz parte; é editor de Educação da Folha de São Paulo, tendo sido afastado da função pela empresa).

por Carlos Tibúrcio

acertadamente, procurou fortalecer os piquetes de entrada de jornalistas e ampliou consideravelmente a divulgação do movimento junto à opinião pública. Foram feitos faixas, cartazes, propaganda em ruas, bares e campos de futebol. E nesse momento notamos um de nossos erros: não estávamos suficientemente preparados para a tarefa de divulgação desde o início do movimento. O Comando procurou ainda aumentar a comunicação entre os piquetes, com soluções inventivas como a Rádio Piquete.

Essa reorientação do Comando, mais o fato objetivo de que as redações permaneciam vazias como no início da greve e que os jornais saiam com péssima qualidade poderiam garantir uma vitória para o movimento, ainda que parcial. Mas os erros iniciais do movimento foram bem aproveitados pelos patrões. As propostas de "trégua" surgidas na assembleia de sexta-feira acabaram dando aos patrões o sinal de que havia vacilação no movimento.

A partir de sexta-feira, os patrões, que vinham negociando de alguma forma e que tinham oferecido uma contraproposta, não deram mais qualquer sinal para a comissão de negociações. Os patrões jogaram, acertadamente, com o crescimento do desânimo e da vacilação dentro do movimento e esperaram — mesmo que a custa de prejuízos editoriais, econômicos e operacionais.

5º) Parte da diretoria considera que os erros maiores foram cometidos na parte inicial da campanha salarial, em sua fase anterior à deflagração da greve. Esses diretores opinam que, influenciados pelas críticas à campanha do final do ano de

79, que foi considerada pela categoria excessivamente arrastada, longa, e desgastante, as assembleias e a própria diretoria imprimiram este ano um ritmo demasiado rápido à campanha, queimando etapas. Um desenvolvimento mais lento e cuidadoso proporcionaria uma avaliação mais correta da capacidade da categoria de levar uma greve geral, e não apenas de sua vontade de ir à greve, claramente manifestada nas assembleias e nas consultas às redações. Foi apontado, ainda, o erro de ter-se iniciado o contato com outros sindicatos e com as sucursais das empresas jornalísticas paulistas apenas no meio da campanha, não havendo uma comunicação rápida e eficaz, em muitos casos.

Parte da diretoria considerou excessivamente desmobilizadora a proposta final do Comando na assembleia que decidiu o retorno ao trabalho. As alternativas de luta ficaram muito diluídas; não se apresentou nenhuma perspectiva concreta de manutenção da mobilização.

Essas são as principais conclusões que chegamos até agora. O debate amplo que se espera pode dissipar as dúvidas e aumentar as certezas não só da diretoria, mas de toda a categoria. Contando com o apoio da histórica combatividade da categoria e conscientes da justiça de nossas reivindicações, vamos desenvolver um amplo e profundo trabalho de avaliação de nosso movimento, enquanto nos mobilizamos para realizar nossas duas tarefas políticas imediatas: um grande movimento de apoio aos demitidos e punidos e a defesa de nossas reivindicações em resposta aos patrões.

ZÉ AMÉRICO "A confiança na direção foi perdida"

Zé Américo, você que participou do Comando Geral de Greve, como qualifica o resultado a que chegou o movimento?

Embora a categoria tenha sofrido um golpe bastante duro, pelo fato de ela ter lutado durante seis dias numa greve que mobilizou praticamente a sua totalidade, pelo menos em São Paulo, e não ter conseguido nada, sofrendo demissões agora que chegamos a 200, é evidente que ela sofreu um golpe duro, mas que não chega a ser uma derrota. Derrota é quando a categoria chega a um ponto que fica sem perspectivas. Não é o caso. As possibilidades de reanimação existem. E atribuo isso ao seguinte: a categoria não votou o final da greve porque ela não acreditasse mais nas suas forças; ela o fez porque a diretoria do Sindicato tinha posição hegemônica dentro do Comando Geral de Greve, não cumpriu com as expectativas. E aí a categoria se abateu e não se dispôs a continuar a luta porque o referencial de unidade que ela tinha, que era o Comando, traiu a sua confiança. O que ouvi muito naquela assembleia final foi o seguinte: "Como vamos continuar a greve, se o Comando está contra?" E mesmo dos companheiros que não formalizavam esta pergunta o que se ouvia eram críticas de todos os lados contra o Comando. A lição que se deve tirar é que a categoria não perdeu a confiança em suas forças, mas ele não confia mais no seu referencial anterior de unidade, que era a direção do Sindicato e, por extensão, o Comando.

Quais os principais erros cometidos?

A responsabilidade principal pela condução do movimento cabe à sua direção. Discordo dos companheiros, alguns que foram do Comando, que tentavam, nas assembleias, dividir responsabilidades com o conjunto da categoria. Isto é uma posição oportunista: foram companheiros eleitos para dirigir, que falharam, e depois querem dividir sua responsabilidade com aqueles que os elegeram. Muitos dos companheiros do antigo Comando Geral de Mobilização, que depois foi transformado em Comando de Greve, eram, na prática, por suas ações e não pelas intenções que declaravam, contra a greve. A proposta do quorum qualificado de 2/3 é uma prova disso. Esse quorum não significava a possibilidade de se obter uma unidade maior, mas sim dar o poder de veto à minoria, visando evitar que a greve fosse deflagrada. Quando isso se tornou impossível, eles se acoplaram ao movimento, se adaptaram aos desejos da massa, mas sempre contra a greve. Eu, que fui eleito na assembleia para compor o Comando, participei o tempo todo de discussões entre os que propunham o fim imediato da greve e os que defendiam sua continuidade. Essa discussão ocupava o tempo que o Comando deveria

dedicar à organização da greve, se estivesse convicto de que ele deveria prosseguir. Isso, desde os primeiros momentos da deflagração do movimento. A grande preocupação dos companheiros não era como fazer para que o movimento fosse vitorioso, mas sim a discussão sobre se ele deveria parar imediatamente ou, no mais tardar, no dia seguinte. E aí ficavam levantando argumentos desmobilizadores de que os radialistas queriam voltar ao trabalho, que a redação tal ou qual estava com a mesma perspectiva, etc. Tentando, portanto, amarrar a greve com saliva, sem dar espaço para nenhuma proposta organizativa.

Essa situação impediu que se criasse formas organizatórias que permitissem às bases participar da estratégia da greve, da perspectiva de luta dos piquetes e outros problemas. Na reunião preparatória da penúltima assembleia, por exemplo, eu fiz uma proposta no Comando de organização de reuniões por redação, organizando assim uma tendência que já existia espontaneamente. O Comando nem se quer discutiu. Mas companheiros do Comando chegaram na assembleia para combater a proposta, quando ela foi apresentada ao plenário.

Nesse contexto é que na assembleia na Igreja de São Domingos, talvez com exceção da minha intervenção, os companheiros do Comando só falavam para pedir o fim imediato da greve ou insinuar que este fim deveria ocorrer no dia seguinte. Nenhum patrão é bobo. Ele não vai negociar na DRT, diante de tal demonstração de fragilidade da categoria, dada pelo próprio Comando.

O Comando tratou a greve como quem tem uma batata quente nas mãos e só está à procura de uma saída honrosa.

E as perspectivas?

Agora, não existe saída. A política conduzida pela diretoria e pelo Comando tem que ser mudada. Ela não merece mais a confiança da categoria. Logo, está aberto o espaço para a criação de um movimento de oposição. O núcleo preliminar dela já se reuniu no sábado passado e está com uma proposta de realização de uma reunião para daqui a três semanas. E digo mais: o melhor remédio para essa diretoria, depois dessa experiência desastrosa de condução da categoria, é a renúncia, para permitir uma reacomodação de forças na categoria, possibilitando a realização de um direito histórico de todos os trabalhadores, que é o de escolher, em cada momento, a direção política que mais lhes aprovar. Os jornalistas de São Paulo, principalmente sua parcela mais combativa, não vêem mais essa diretoria, encabeçada por David de Moraes, como a sua direção política. Não sei ainda como tecnicamente isso pode ser feito, mas acho que essa questão deve ser levantada de imediato.

PERSEU ABRAMO "A greve que saiu é a que poderia ter saído"

A greve dos jornalistas de São Paulo está sendo, neste momento, objeto de uma ampla avaliação crítica. No sentido de contribuir para essa avaliação, quero indicar, neste depoimento, alguns aspectos que devem merecer acurado exame de todos.

A greve eclodiu como um instrumento de pressão de uma campanha salarial que, tendo se iniciado no mês de abril, pretendia encerrar sua primeira etapa no meio do ano e prosseguir até a época do dissídio coletivo, o que se dá em dezembro. Assim, a análise crítica dessa campanha pode sugerir alguns dos fatores que determinaram o resultado final da greve: não obtenção das reivindicações e punições em massa.

A campanha salarial iniciou-se por meio de reuniões e determinações destinadas a estimular os Representantes de Redação a consultarem seus colegas, em cada jornal, sobre as diretrizes gerais de uma estratégia global da campanha durante o ano de 1979. Os pontos essenciais dessa consulta giravam em torno das seguintes questões: deveriam ser apresentadas aos patrões reivindicações já no meio do ano, ou apenas no fim do ano? As negociações deveriam ser feitas empresa por empresa, ou entre o Sindicato dos empregados e os dois Sindicatos dos empregadores (de jornais e revistas, e de rádio e televisão)? Dever-se-ia pleitear uma ampliação salarial, já prometida pelos patrões, ou se deveria reivindicar aumento real de salários, bem como imunidade para os Representantes de Redação?

As consultas foram feitas e o seu resultado foi levado à direção sindical. Todavia, os acontecimentos posteriores indicam que, provavelmente, houve falhas nessas consultas e nas discussões que a categoria, em suas Redações, deveria ter feito em torno do assunto. Algumas razões dessas falhas podem ser aqui sugeridas, sem embargo de outras que as análises de outros jornalistas poderão apontar: a estrutura sindical precária do Conselho Consultivo de Representantes de Redação; a ausência de real representatividade

de muitos dos Representantes; a maneira incompleta e desordenada da avaliação dos resultados das consultas.

Posteriormente, em sucessivas assembleias, a direção sindical, já agora organizada em Comando Geral de Mobilização, propôs à categoria a decretação da greve. Novamente aí, os fatos posteriores vieram a indicar que, em algum momento desse processo, houve um desencontro entre a avaliação e a decisão. Ambos os passos do processo se apoiaram, de forma que, não raro, a decisão precedeu a avaliação. Isso levou tanto a categoria quanto a sua direção a começarem a entrar na boca de um funil que teria de conduzir inevitavelmente à deflagração da greve.

Quero precisar melhor essa questão: não resta dúvida de que a direção sindical avaliou corretamente a vontade da categoria de ir à greve. As significativas maiorias obtidas nas assembleias para as propostas de greve — maiorias tornadas ainda mais rigorosas que o normal pela exigência do quorum qualificado de dois terços — mostram que a direção sindical exprimiu corretamente a vontade manifestada de deflagrar a greve. Todavia, uma greve não depende apenas da vontade de se deflagrá-la, mas também da capacidade de ser ela conduzida a bom termo. E essa capacidade é que não foi adequadamente avaliada.

Essa discussão, leva à outra, sobre a qual tem incidido a maior parte das críticas dirigidas ao Comando Geral de Greve e à Diretoria do Sindicato: a discussão sobre a "organização" da greve.

Qualquer greve, pela própria natureza do que ela significa, só pode ser organizada necessariamente em duas etapas: uma, anterior à sua deflagração; outra, que se inicia no próprio momento da deflagração e continua durante o seu decorrer. Sem querer eximir os membros do Comando Geral de Greve ou da Diretoria do Sindicato da responsabilidade assumida na condução do processo, é forçoso reconhecer que muitos dos "erros" apresentados de forma su-



José Américo David de Moraes Ricardo Moraes

per-dimensionada durante os dias de greve, mostram-se agora, com a perspectiva do tempo, de somenos importância. Falhas e defeitos de organização e comunicação entre o Comando e os encarregados intermediários, embora tenham existido, não foram os fatores determinantes do resultado final. Das dessas falhas, apenas, tiveram, a meu ver, um papel preponderante (embora não decisivo) nesse resultado.

A primeira está vinculada ao objetivo tático da greve e à incapacidade demonstrada em torná-lo conhecido, compreendido e aceito por toda a categoria. A primeira greve da categoria, depois de tantos anos de silêncio, só poderia ter sido conduzida realmente o foi, uma greve pacífica, "cavalheiresca" e "britânica", de persuasão ou "cortesia", que dificilmente poderia efetivamente impedir os jornais de serem produzidos ou colocados nas bancas. A greve, necessariamente, só poderia ser o que foi: uma greve essencialmente caracterizada pelo fato de que a grande maioria da categoria não produziu o produto. Esse caráter da greve, contudo, que estava claro na mente de quase todos os dirigentes do Sindicato e do Comando, não foi, por eles, adequadamente transmitido para a categoria, nem nas discussões prévias nas Redações, nem nas Assembleias de greve. Uma greve capaz de impedir inteiramente a produção do produto, ou, no caso de isso não ser conseguido, de impedir efetivamente a veiculação do produto, jamais poderia ter sido feita nas condições objetivas e subjetivas em

que se encontra a categoria dos jornalistas no primeiro semestre de ... 1979. Portanto, a greve que saiu é a greve que poderia ter saído. Se houve erro, este erro consistiu em decidir a greve, e não em fazê-la como foi feita.

A segunda falha consistiu no atropelamento entre duas formas organizativas de sustentação da greve: a dos Representantes de Redação, pré-existente, e a dos piquetes, montados no momento da eclosão da greve. Estes últimos foram constituídos com jornalistas procedentes de diversas Redações, e, portanto, não guardavam nenhuma vinculação orgânica nem com cada uma das Redações, nem com as estruturas pré-existentes da organização sindical; pelas mesmas razões, também não poderiam constituir — como queriam alguns companheiros — base para uma nova e improvisada estrutura sindical. Assim, estabeleceu-se um hiato entre a base e a direção, que poderia transformar a greve num movimento incontornável pela direção sindical, se ela perdurasse por mais tempo.

Finalmente, como um resumo deste primeiro depoimento: os erros fundamentais ocorreram não propriamente na greve, mas em momentos anteriores a ela, e consistiram principalmente em erros de avaliação no estabelecimento da estratégia global da campanha salarial. A análise crítica e autocrítica desses erros, portanto, é fundamental para a retomada da campanha salarial deste ano e dos anos futuros.

RICARDO MORAES "Correta foi a proposta de trégua"

Ricardo Moraes, você saiu do Comando para defender o fim da greve. Como você avalia os resultados do movimento?

Houve derrota. A categoria aprendeu e vai aprender mais ainda. A derrota não está na ocorrência de demissões. Mesmo vitoriosa, é de se supor que os patrões demitissem. O problema é que não obtivemos nossas reivindicações. E mais: os patrões avançaram sobre um espaço político antes ocupado pelos jornalistas, espaço esse que fora conquistado duramente ao longo dos últimos anos. O Sindicato e a diretoria saíram da greve muito desgastados.

Em suma: a derrota está no fato de não termos obtido nossas reivindicações; no desgaste do sindicato e no avanço patronal; na perda de espaço na imprensa para a cobertura dos movimentos sociais pela democracia; nas demissões, que seriam em número inferior em caso de vitória nossa; e até no teor dos editoriais do "Estado" e "Jornal da Tarde" que, por exemplo, além da campanha contra os jornalistas, levanta uma discussão que já tinha sido ultrapassada desde a greve dos metalúrgicos do ano passado: a da legalidade e da legitimidade do movimento grevista. O nosso patronato, na nossa área, que é fundamentalmente reacionário (não é nem a direita civilizada que existe num ou outro setor industrial), bem representado pelo "Estado", aproveitou para recolocar o problema, que já vinha sendo superado pela luta dos trabalhadores.

Outra coisa é a análise da própria conjuntura política, necessária para que se entenda o contexto em que a greve foi deflagrada. A greve de 1961 ocorreu em condições bem diversas das de hoje. A questão dos piquetes não foi suficientemente aprofundada. Que equívocos você identifica no processo?

Em primeiro lugar, houve problemas na compreensão da situação de conjunto, da conjuntura; depois, houve uma subestimação da força do nosso patronato. Fiz parte do Comando — apesar de que me retirei em determinado momento — e pude

constatar que havia uma dificuldade grande em se deixar de lado as pressupostos iniciais e por exemplo, tentar a realização de discussões de Sindicato para empresa. O David, em dado momento, chegou a colocar essa possibilidade. A Folha chegou a abrir essa alternativa, chamando o Sindicato para conversar. Mas o Comando não quis ferir aquele preceito e não compreendeu que propor isso, naquele momento, seria avançar para sair do impasse. O Comando não pensou que os patrões pudessem endurecer ainda mais talvez supondo que nossa vontade de luta seria suficiente para fazê-los recuar.

E a trégua que você defendeu? A proposta era a de que fosse recusada, naquele momento, qualquer contraproposta patronal, pois aquela — de 2% — era ridícula e não incluía o pessoal de rádio e televisão. O objetivo patronal com aquilo era tentar nos dividir. O que nos caberia fazer era suspender a greve até a próxima terça-feira, com a perspectiva de nova greve. Talvez o termo trégua não tenha sido o mais adequado; talvez "um prazo", diante do início de recuo dos patrões.

Agora, dizer que quem faz essa proposta contribuiu para a derrota do movimento — como diz o artigo que o EM TEMPO publicou — é subestimar o conhecimento que os patrões têm do nosso movimento de como está o ânimo das redações, de quem está furando greve etc. Nós saímos daquela assembleia, depois que a proposta de trégua foi derrotada, e fomos organizar os piquetes nas rádios, onde o problema era maior. Uma crítica que faço ao Comando é que sua maioria ficava esperando ver a opinião da assembleia para tomar posição. Ora, isso não é comportamento de quem quer dirigir o movimento.

E agora? Agora, é trabalhar na linha da recuperação da categoria. do fortalecimento da unidade sindical, dando todo o apoio aos companheiros demitidos e punidos. A categoria tem muito a aprender e vai se recompor para novas lutas e vitórias significativas.

# Autênticos: fim do namoro com os pelegos

No Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, realizado na semana passada em Poços de Caldas, mais uma vez a massa ficou de fora. Para este décimo encontro, como normalmente ocorre, não houve nenhuma preparação nas bases. Os delegados não foram tirados em assembleias, sendo indicados a dedo pelas diretorias sindicais, combativas ou pelegas. Mesmo com as limitações, dessa prática cupulista, algumas resoluções importantes foram aprovadas, como a que recusa o projeto de atualização da CLT, proposto pelo governo, defende a formação de comissões de fábricas, as eleições diretas para todas as entidades sindicais, a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

E marca, talvez, o fim do namoro dos "autênticos" com a pelejada, como evidencia os conflitos em plenário, e o repúdio aos métodos e manobras dos dirigentes sindicais comprometidos com o governo.

Os sindicalistas chamados autênticos conseguiram dar o tom do Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, realizado em Poços de Caldas (MG) de 4 a 9 de junho, apesar do encontro ter sido organizado pelos mais notórios pelegos do país, como Joaquim Andrade, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Argeu Santos, da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, e Jorge Noman Neto, da Federação dos Metalúrgicos de Minas Gerais.

## APOIO AO POVO DE NICARÁGUA

No Congresso, que reuniu 500 delegados, representando 5 federações e 96 sindicatos de metalúrgicos do país, foram aprovadas resoluções arrancadas "no grito" durante as reuniões de comissões e plenários, como o apoio à luta pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, o repúdio ao anteprojeto da CLT, a solidariedade a todos os movimentos grevistas que ocorrem no país, a defesa da autonomia sindical, o apoio às comissões de fábrica e até mesmo a solidariedade ao povo da Nicarágua, em armas contra a ditadura do general Anastácio Somoza.

Contudo, na direção do Departamento Nacional dos Metalúrgicos da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), os "pelegos" continuarão mandando, com a eleição de Jorge Noman, para secretário-geral e de Nelson Gadusi, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, para secretário-adjunto. Esta eleição marcou o fim da tolerância entre o grupo dos sindicalistas "autênticos" somados aos representantes de base, com os notórios pelegos. A decisão de se lançar uma chapa de oposição à direção do Departamento dos Metalúrgicos, mesmo sem acreditar na possibilidade de vitória, foi como lançar lenha na fogueira. Os candidatos da oposição, João Paulo Pires Vasconcelos, de Monlevade (MG) e Francisco Gomes de Lima, do Ceará, denunciaram a omissão das entidades de cúpula do sindicalismo diante dos problemas que enfrentam os trabalhadores, propondo uma atuação voltada para as bases. Na hora da votação, a divisão no plenário era visível: os partidários de cada chapa de lados opostos. Com o simples levantamento de braços não foi possível distinguir quem havia ganhado. Criou o tumulto no plenário e recusando a proposta de voto secreto, Joaquim Andrade, que presidia a mesa tenta realizar o processo de votação através da chamada nominal dos delegados. Sabendo que esta era uma forma de pressionar os dirigentes dos sindicatos das pequenas cidades, João Paulo e Francisco Lima retiraram suas candidaturas. O tumulto continua no plenário.

## "PE-LE-GOS, PE-LE-GOS"

João Paulo é carregado nos ombros pelos sindicalistas autênticos que denunciavam em coro as manobras da mesa gritando "pe-le-gos, pe-le-gos". Não faltaram palavrões e até mesmo ameaças de agressão de lado a lado. Ficou impossível restabelecer a calma no plenário e Joaquim Andrade decidiu declarar o fim da sessão.

Numa avaliação do encontro, feita nos intervalos, João e outros líderes metalúrgicos acreditavam ter sido uma vitória parcial a aprovação de várias teses importantes, mas mostravam-se desiludidos quanto à possibilidade das entidades de cúpulas as levarem à prática. Não adianta decidir que as eleições para as federações e confederações devem ser diretas, é necessário marcar também quando e como serão realizadas as eleições, dizia João Paulo. Mostrava também que lutar para tomar as entidades de cúpula tem pouca importância, além de ser quase impossível, devido ao controle que os pelegos exercem sobre a maior parte dos pequenos sindicatos. As salas, mesas, cadeiras e telefones destes sindicatos costumam ser fornecidos pelas federações. Seus dirigentes não vão arriscar perder tudo isso votando contra o que lhes sustentam. Por outro lado, explicava João Paulo o que mais importa são as reivindicações de base. Estas sim, têm um efeito multiplicador. "Se Monlevade consegue alguma coisa, isto reflete em Belo Horizonte, Barão de Cocais, Sabará, assim por diante. Só conseguiremos somar sindicatos se somarmos as lutas comuns. Esta deve ser nossa meta essencial".

## As propostas (que os trabalhadores não viram) e as comissões discutiram

O anteprojeto governamental de atualização da CLT deve ser rejeitado em bloco, "desenvolvendo-se uma campanha de âmbito nacional no sentido de sua não apresentação ao congresso". Esta é a principal proposta que a comissão de Direito do Trabalho analisou durante o X Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Brasil. O documento-base propõe ainda:

"A luta pela elaboração de uma lei básica do trabalho, fixando as garantias mínimas asseguradas a todos os trabalhadores rurais e urbanos, que possa ser aplicada em todo o território nacional, independente das diversidades regionais;

a luta pela revisão do Direito de Greve, a partir da Emenda à Constituição Federal, com a eliminação do disposto pelo artigo 162 e a alteração do inciso XX do artigo 163;

a elaboração de leis específicas relativas à convenção coletiva de trabalho, à higiene e segurança do trabalho, ao trabalho da mulher e do menor, e à organização sindical, que deverá gozar de liberdade e de autonomia perante o estado e o patronato".

Resaltando que se não for possível impedir o envio do anteprojeto ao Congresso Nacional I, o documento propõe que os trabalhadores lutem para que seja expurgado do texto "tudo aquilo que compromete a luta sindical e desatende as nossas legítimas pretensões".

## Sindicalismo

"Hoje não se pode mais pensar na pluralidade sindical existente até 1930, no período do anarco-sindicalismo, uma vez que ao poder e concentração gigantesca do capital só se poderá contrapor a unidade da classe operária, através de organizações igualmente fortes e unificadas".

Numa perspectiva histórica, o movimento sindical brasileiro estaria hoje iniciando uma terceira fase, assinalava o Informe sobre Sindicalismo A primeira, do início do século até 1930, foi um "exemplo típico da desenfreada exploração que os trabalhadores passaram no início do capitalismo industrial". Em linhas gerais, predominava o "operário europeu, de ideologia anarquista, unificado e voltado para a pequena produção artesanal". As principais reivindicações do movimento operário eram "a jornada de 8 horas, o amparo ao menor e à mulher trabalhadora e as calzas de aposentadoria e pensões". Não havia uma legislação disciplinadora e a estrutura sindical era pluralista; proliferavam vários tipos de entidade, até mesmo dentro de uma única categoria profissional. Mesmo assim, houve as grandes greves de 1903 (no Rio)

de 1907 e 1917 (em São Paulo), esta última dirigida de forma centralizada pelo Comitê de Defesa Proletária.

A segunda fase do movimento sindical brasileiro começou em 1930, quando a produção artesanal foi substituída pela industrialização e o quadro político mudou (Revolução de 1930, criação do Ministério do Trabalho, repressão violenta às lideranças sindicais e, mais tarde, o Estado Novo).

Nesta fase, a burguesia industrial já se faz representar, ao lado da oligarquia agrária, no controle do Estado. A legislação de caráter social (resultante de conquistas asseguradas por algumas profissões mais combativas) é ampliada, antecipando-se a possíveis reivindicações de diversas categorias de trabalhadores. É um fator que concorrerá decisivamente para minar "a organização de base e consequente força das categorias menos combativas".

Ao mesmo tempo, o Estado "determina a estrutura sindical corporativista e fascista que vigora até hoje (número de diretores sindicais, organização e prestação de contas, número de assembleias, intervenção e objetivo das organizações sindicais, etc.)". Durante o Estado Novo, agentes do Ministério do Trabalho dominaram o aparelho sindical, levando as entidades ao esvaziamento. Para "superar a crise", Getúlio Vargas cria o imposto sindical, que permite aos sindicatos uma sustentação econômica "mesmo quando vazios de operários".

Com a queda da ditadura, em 1945, os dirigentes mais ligados à categoria patronal e ao Estado são afastados dos Sindicatos. De 1950 a 1964 verifica-se uma dinamização do movimento operário, ao lado de um grande surto industrial e de um regime político de "relativas liberdades democráticas". E nesse quadro que são organizadas as grandes greves de 1955, 1957 e 1963, que paralisam, respectivamente, 300 mil, 400 mil e 700 mil trabalhadores. A última foi organizada pelo Pacto de Ação Conjunta e tinha como principal objetivo "a unificação da data-base dos dissídios coletivos, que representaria um grande poder de pressão da classe trabalhadora".

## Capitalismo e estrutura sindical

Com a mudança da ordem política, em 1964, não houve necessidade de uma legislação especial para reprimir o movimento sindical, porque a existente "foi e continua sendo extremamente eficaz para manter a classe operária dentro dos limites estabelecidos pelos sucessivos governos que detiveram o poder desde 1930". Essa longa

vigência da estrutura sindical brasileira repousa tanto no "papel coercitivo do próprio Estado" como no "ajuste entre o tipo de desenvolvimento industrial e a própria estrutura sindical".

Ainda de acordo com o documento, "a partir de 1930, a sociedade se volta para o desenvolvimento capitalista baseada em empresas de capital nacional, de pequeno e médio porte e, além do mais, semelhantes entre si em relação à produtividade, tecnologia e utilização intensiva de mão-de-obra. São empresas que vão usufruir da intensa mobilidade campo-cidade, absorvendo sem maiores problemas, uma mão-de-obra não qualificada". Com a alteração do processo de crescimento econômico, ao lado da conjuntura política e da organização de certas categorias profissionais, haverá uma mudança qualitativa no movimento sindical. E' o que se observa hoje.

Grandes e modernas unidades produtivas coexistem com empresas de pequeno e médio porte, o que terá "um amplo efeito sobre os trabalhadores e suas organizações de base". As grandes indústrias chegam mesmo a "disputar os serviços até então exclusivos do sindicato, como é o caso das cooperativas e assistências médico-dentária". Como o porte das empresas é diferente, há também diferentes formas de exploração da mão-de-obra (desde o caso dos bóias-frias até o dos trabalhadores empregados em empresas mais modernas). Há ainda conflitos gerados por regulamentações da própria CLT, que nunca são cumpridas (pagamento regular de salários, registro em carteira, férias, etc.). Assim, também a legislação não registra soluções para uma série de impasses.

Atualmente, verifica-se que há uma necessidade urgente de "mudança da organização sindical", fato reconhecido por alguns setores empresariais e até mesmo governamentais. Mas, de acordo com o documento, é evidente que os interesses em jogo são diversos. Os patrões, por exemplo, defendem a necessidade de mudanças, mas sob o ângulo da "pluralidade sindical", que levará fatalmente ao "enfraquecimento da classe operária".

Já os trabalhadores, ao mesmo tempo em que lutam pela autonomia das suas entidades representativas, estão interessados em manter sua união. O documento afirma, categoricamente: "hoje, não se pode mais pensar na pluralidade sindical existente até 1930, no período do anarco-sindicalismo". O principal desafio que se apresenta agora é o de "conduzir a transformação desta terceira fase (do movimento sindical), de forma a manter a unidade da classe operária, aliada à autonomia de organização e contrato coletivo".

## Resoluções do Congresso: Quem vai encaminhá-las?

Entre as principais resoluções e moções aprovadas em Poços de Caldas durante o X Congresso dos Metalúrgicos estão:

- ★ repúdio ao anteprojeto da Consolidação das Leis do Trabalho, reivindicando seu simples arquivamento.
- ★ O Sindicato deve ser autônomo, livre e independente.



João Paulo de Monlevade: não levou mas festejou

não tendo legitimidade qualquer instrumento que importe em sua subjugação ao Estado.

★ As entidades sindicais deverão ser coordenadas por uma Central Única de Trabalhadores, para o que, as bases deverão ser ouvidas e preparadas.

★ Os trabalhadores se organizarão no âmbito de seu local de trabalho através das Comissões de Fábricas, eleitas por processo democrático e cujos integrantes gozarão de estabilidade no emprego.

★ Os trabalhadores não sindicalizados terão participação permitida nas assembleias que digam respeito a aumentos de salário e condições de trabalho.

★ Repudia-se a política de arrocho salarial implantada desde 1965, substituindo-o pela contratação coletiva, mediante negociações diretas e fixação de índices elaborados com a participação dos empregados, através do DIEESE.

★ É garantido o direito de greve, sem limitações, cabendo exclusivamente aos trabalhadores interessados a deliberação de sua deflagração como também de sua cessação.

★ As eleições em sindicatos serão diretas, inclusive nos órgãos superiores, federações e confederações.

★ Imediata convocação de uma Assembléia Constituinte

te que possa dotar o país de uma Carta democrática.

★ Concessão de anistia ampla, geral e irrestrita, inclusive com a reintegração dos trabalhadores que, após 1964, perderam seus empregos, por motivos políticos.

★ Criação de um Partido dos Trabalhadores — empunho dos sindicatos em ouvir as bases para que, ao final, possa ser elaborada uma carta de princípios a reger este partido — O Partido deverá espelhar a democracia operária, vedada em seu meio, a participação direta ou indireta dos empresários.

★ Manifestação de solidariedade ao povo da Nicarágua, que se empenha contra a ditadura militar de Somoza.

★ Solidariedade à Comissão de Salário da Mannesmann, cujos integrantes foram demitidos sumariamente, após a greve.

★ Solidariedade a Jesus Paredi Souto, de São Paulo, que se encontra preso, e a Conceição Inaculada de Oliveira, ex-secretária do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, e que hoje acha-se banida.

★ Solidariedade aos professores de Poços de Caldas, sendo do Congresso, que se encontram em greve por melhores condições de trabalho.

★ Conclamação aos sindicatos para realizarem congressos específicos de mulheres trabalhadoras e criarem departamentos femininos de modo a integrá-las na vida sindical.

## A anistia dos trabalhadores

Foi praticamente durante a discussão na sessão plenária da moção sobre a anistia que se pôde perceber que era possível a aprovação de teses importantes no Congresso dos Metalúrgicos, mesmo não se contando com a maioria convicta de delegados. Assim, a argumentação dos representantes das Federações de São Paulo e Minas e dos sindicatos pelegos em defesa da anistia pura e simples ou mesmo restrita, foi esmagada pelas palavras dos sindicalistas autênticos e operários de base, como Efigênia Maria de Oliveira, de Belo Horizonte, que num emocionado discurso relatou o tempo que passou na prisão as torturas que sofreu. Falou sobre tantos outros operários que ainda permanecem nos cárceres do regime. Sua fala conseguiu encher de lágrimas os olhos de quase todo o plenário, ao contar a situação de sua irmã, metalúrgica, ex-secretária do Sindicato de Belo Horizonte e Contagem, que se encontra banida do país. Assim como Efigênia, outros metalúrgicos arrancaram a aprovação de que "ao operário só interessa a Anistia Ampla Geral e Irrestrita".

No dia do encerramento do Congresso, sábado, o tema da anistia causou novamente emoção ao plenário, quando uma senhora idosa se apresentou como mãe do metalúrgico David Gongora Júnior, pedindo para ler uma carta que seu filho escrevera do presidio político do Barro Branco, em São Paulo, aos congressistas.

David, torneiro mecânico, em 1968 trabalhando em Osasco, foi obrigado a entrar na clandestinidade. E nesta condição ainda continuou na luta até que mais tarde foi forçado a se exilar. Pouco depois retorna ao país para trabalhar na categoria metalúrgica de Londrina. Preso em 1978 foi condenado a 9 anos de prisão. Eis alguns trechos de sua carta:

"Companheiros: Congratulo-me com as resoluções tomadas em nosso Congresso. Elas atestam o alto nível de unidade que vem alcançando nossa categoria e são a base segura para novas vitórias... Como metalúrgico, confiado nas masmorras da ditadura, a decisão de nosso Congresso, em favor da anistia, mais uma vez reforçou minha inquebrantável fé de que a solução dos principais problemas de nosso povo e de nosso país se encontram nas mãos de nossa classe".

## De "aristocracia" à vanguarda de classe

Categoria que mais cresceu nos últimos 25 anos, os metalúrgicos têm sido apontados, pelo governo e pelos patrões, como uma nova aristocracia que surge na classe operária. Ao mesmo tempo têm se revelado o setor mais explosivo e na vanguarda das lutas dos trabalhadores no Brasil, hoje.

do empresas como a Volkswagen (35.028 empregados), Mercedes Benz (14.387 empregados), Ford (10.986 empregados), Fiat (12 mil empregados), Mannesmann (10 mil empregados), etc.

Crescimento numérico e concentração geográfica: maior força e melhores possibilidades de organização. Não é sem explicação, portanto, o papel de ponta que vêm cumprindo os metalúrgicos nesta nova fase de ascensão do movimento sindical brasileiro.

## ARISTOCRACIA

Os trabalhadores metalúrgicos recebem, em média, salários 40 por cento superiores aos dos demais operários da indústria de transformação segundo dados do Censo de 1970.

Por serem, em média, melhor remunerados que os trabalhadores de outras categorias e, assumindo a dianteira na luta por melhores salários os metalúrgicos têm sido acusados pelo Governo de constituírem uma aristocracia operária.

Para comprovar a sua acusação, o Governo teria de demonstrar, em primeiro lugar, que os metalúrgicos recebem um

salário significativamente superior aos trabalhadores de outras categorias. E, além disso, que essa sua condição privilegiada é estável, possibilitando a formação de uma "casta" especial de trabalhadores.

A menos que faça uso do seu tradicional artifício de manipular dados, o Governo não conseguirá comprovar nenhuma das duas condições. Em primeiro lugar, a faixa de operários que por possuírem elevada qualificação, recebem salários bastante superiores à média dos trabalhadores fabris, é infima em relação ao conjunto da categoria metalúrgica. E se considerarmos que a média salarial dos trabalhadores brasileiros é bastante aquém do necessário para o seu sustento, e que, além disso, o ritmo de trabalho nas indústrias metalúrgicas impõe um desgaste maior ao operário, poderemos concluir que os metalúrgicos estão bem longe de constituir uma "aristocracia operária". Quanto à estabilidade, há várias pesquisas como a de John Humphrey publicada em "Cadernos Cebrap-23" demonstrando que a alta

rotatividade no emprego prevalece, para a maioria dos metalúrgicos, a qual se enquadra na faixa dos operários semi-qualificados e de baixa qualificação.

## OU VANGUARDA?

O "novo sindicalismo" ou o "sindicalismo de ponta", como tem sido chamado a prática sindical dos setores metalúrgicos, guarda características bem próprias em relação ao movimento operário brasileiro das décadas passadas. Entre elas, a prioridade concedida junto a questão salarial, aos problemas ligados à organização do trabalho e à vida interna da fábrica, a ênfase dada ao desenvolvimento de formas de organização de base como as comissões de fá-

brica e delegado sindical, a defesa da livre negociação e da contratação coletiva do trabalho.

Tudo isso levou alguns a prever que este sindicalismo nascente evoluiria para um "sindicalismo de negócios", isto é, para uma prática sindical do tipo norte-americano, voltada apenas para a obtenção de melhorias econômicas imediatas e "apolítica".

Tal evolução não tem sido verificada. Pelo contrário, o que ocorreu é que, esbarrando na intransigência das grandes empresas e na inflexibilidade do regime, a luta sindical dos metalúrgicos, como de resto das outras categorias, tem se politizado continuamente. Por outro lado, diante

dos impasses surgidos no confronto contra os patrões e o Estado, tem crescido nas lideranças autênticas do "sindicalismo de ponta" a percepção da necessidade da unidade do conjunto dos trabalhadores. Talvez seja esta a lição maior do episódio recente, quando os operários do ABC, sem a possibilidade de um apoio mais efetivo das outras categorias, tiveram que optar por um recuo organizado. As propostas de um novo salário-mínimo e da constituição de um Partido dos Trabalhadores que realize no plano político a unidade dos trabalhadores aprovadas no Congresso Metalúrgico de Lins, por exemplo, revelam bem a disposição para a unidade.

E embora o "sindicalismo de ponta" não tenha ainda constituído uma liderança em relação ao conjunto dos sindicatos, o mais provável é que ele vá consolidando a sua posição de vanguarda do movimento operário brasileiro que está se gestando.

ASSINE EM TEMPO

Pelos telefones:

Em Belo Horizonte

335-7773

Em São Paulo

280-4759 - 853-6680

## JOGO DURO NO TAPETÃO DA EUROPA: Patrões x operários, zero a zero no placar.

Em todos os países da Europa capitalista, a burguesia reagiu à recessão generalizada de 74-75 desencadeando uma ofensiva de austeridade contra os trabalhadores. O objetivo principal dessa ofensiva é fazer com que os trabalhadores carreguem o peso da crise e paguem o custo da reestruturação da economia capitalista. As principais vias de ataque burgues são as seguintes:

● 1 — Um claro esforço para bloquear qualquer aumento nos salários reais e mesmo para reduzi-los, sob o pretexto de combater a inflação. Considerando-se o rápido aumento de produtividade em muitos dos países imperialistas a brusca queda na subida dos salários reais e até mesmo seu declínio, traduziu-se num aumento considerável da taxa de mais valia. Tudo o mais permanecendo inalterado, isto significa um substancial aumento da taxa de lucro. Esta é a principal meta da austeridade.

● 2 — Um assalto não menos brutal contra os ganhos do movimento dos trabalhadores em termos de seguro social e despesas públicas com serviços sociais. Em todos os países imperialistas, especialmente da Europa, tais benefícios e serviços representam uma parcela importante dos salários dos trabalhadores, no sentido literal da palavra (como "custo de reprodução da força de trabalho.") O termo "salários indiretos" traduz bem este sentido.

Todos os cortes nessas despesas, mesmo quando são empreendidos sob a alegação de reduzir o déficit do orçamento, "melhorar as finanças públicas" ou até mesmo de "combater a inflação" resulta num rebaixamento do padrão de vida da classe trabalhadora como um todo. Isto afeta especialmente certas camadas do proletariado tais como os trabalhadores doentes, os aposentados, os aprendizes e os jovens em geral. Um método eficaz de rebaixamento dos salários indiretos consiste em deslocar parte dos custos do financiamento das despesas sociais dos ombros dos patrões e do Estado para os dos próprios assalariados.

● 3 — Uma redução sistemática do emprego em todos os ramos industriais particularmente afetados pela crise. Isto inclui o fechamento de setores inteiros ou subsectores da indústria (como consequência especialmente dramática para as regiões nas quais tais setores se situam).

O aço, a construção civil, o ramo têxtil e de alimentos são exemplos típicos.

A reestruturação capitalista é buscada no sentido de eliminar aquelas empresas que estão trabalhando deficitariamente e ao mesmo tempo elevar a taxa média de lucro. A meta é uma reorientação coordenada das atividades industriais em direção ao mercado mundial, ou seja, a de melhorar a posição competitiva da indústria "nacional" numa situação onde a competição inter-imperialista foi estimulada pela crise.

Tal reestruturação às custas dos trabalhadores e dos empregos (falências em massa, fechamento de fábricas, suspensão dos contratos, aposentadorias prematuras etc.) é buscada para permitir a cada economia imperialista concentrar-se nas atividades industriais "avançadas" em detrimento dos setores "atrasados". Isto é garantido por uma política de subsídios estatais que beneficiam os setores avançados com recursos retirados da relativa redução em gastos sociais.

● 4 — Uma orientação no sentido de corroer os direitos sindicais e a capacidade do movimento dos trabalhadores em responder vigorosamente à generalizada ofensiva anti-trabalho. Entre tal categoria de medidas situam-se: a extensão dos períodos de contratos para reajustes sala-

riais (Dinamarca), as leis repressivas contra os piquetes de greve (Inglaterra), as primeiras investidas contra o direito de manifestações públicas (França), tentativas para reduzir os direitos dos delegados de fábrica, inclusive o direito de recorrer contra os resultados das negociações nacionais considerados desfavoráveis aos trabalhadores em relação a salários e condições de trabalho (Itália, Espanha, Inglaterra e outros).

Essa ofensiva generalizada anti-trabalho assume formas específicas de acordo com o país. Entre os exemplos mais gritantes situa-se a política dos governos de Wilson e de Callaghan para limitar a taxa de crescimento dos salários nominais na Inglaterra, os planos de austeridade do governo de Andreotti na Itália, os sucessivos governos de Portugal e o plano Barre na França.

### A capitulação dos líderes reformistas

Surpresos e irritados com a crise econômica e suas consequências, atolados em sua estratégia geral de colaboração de classes, recusando-se a encarar qualquer alternativa global anti-capitalista, os líderes reformistas dos partidos Comunistas e Socialistas e das grandes organizações sindicais em geral capitularam diante da grande ofensiva do capital.

Numa série de países, especialmente na Inglaterra, Alemanha Ocidental e Dinamarca, mas também na Bélgica (sob os governos de Tindeman e de Van den Boeynants), Portugal (sob Soares) e Finlândia, assumiram frequentemente o papel de principais articuladores da austeridade. Optaram por "gerir" a crise do capitalismo.

Em outros países, sua posição em favor dos "pactos sociais" deram cobertura às políticas de austeridade desencadeadas pelos partidos burgueses, possibilitando sua implementação, no mínimo, em um primeiro estágio.

Este foi o caso, por exemplo, da política seguida pelo Partido Comunista Italiano (ajudado pelo Partido Socialista Italiano) sob o governo de Andreotti.

Foi o caso também do "Pacto de la Moncloa" na Espanha.

Já o Partido Comunista Francês inúmeras vezes se opôs verbalmente às medidas de austeridade do governo Barre, mas a CGT (central sindical controlada pelos comunistas) assumiu completamente a política de negociação com o governo. O mesmo ocorreu com a CFDT, cujo líder, Edmond Maire faz a política do Partido Socialista Francês.

Os líderes reformistas usaram vários argumentos para justificar sua capitulação à ofensiva anti-trabalho.

Alguns advogam o fatalismo econômico. Numa "economia aberta" (leia-se: dentro da estrutura do mercado mundial capitalista), nenhum governo pode escapar às "regras do jogo", frequentemente impostas pelo Fundo Monetário Internacional (especialmente em Portugal e na Inglaterra, mas também na Itália e Espanha), sem que isso implique numa suspensão dos créditos internacionais, em restrições severas às importações e até mesmo numa total paralisia da vida econômica.

Outros asseveraram que a escolha tinha de ser feita entre

uma política de austeridade moderada implementada pelos líderes reformistas e uma política mais severa e agressiva implementada pelos partidos burgueses. E que portanto era necessário escolher a alternativa menos nefasta para os trabalhadores.

Já outros proclamaram ciniicamente que a austeridade podia ser usada em benefício do movimento dos trabalhadores, se em troca dos sacrifícios no consumo atual de alguns trabalhadores, o movimento dos trabalhadores conseguisse arrancar importantes concessões da burguesia tais como uma "ampliação da democracia" e das "reformas estruturais". Tais argumentos foram usados de modo especial pelos partidos comunistas espanhol e italiano.

Finalmente alguns argumentavam lutar contra o desemprego.

Um balanço inicial dos primeiros dois anos de austeridade (em geral os anos 1976 e 1977, com importantes variações por país) mostrou o caráter ilusório e mistificador destas justificações.

Os salários reais foram deprimidos, especialmente em Portugal, Inglaterra e na Alemanha. O desemprego aumentou. As famosas "reformas estruturais" não ocorreram. Quanto à ampliação da democracia esta ocorreu apenas na imaginação das lideranças eurocomunistas. Na realidade houve um aumento da repressão (com a única exceção das conquistas democráticas dos trabalhadores na Espanha durante a transição do regime franquista para o governo de Juan Carlos).

### A resposta dos trabalhadores

A classe trabalhadora em sua maioria não respondeu prontamente à generalizada ofensiva capitalista. Ela emergiu de um prolongado período de relativo "pleno emprego" e de relativa melhoria de seu padrão de vida. A propaganda da burguesia, fortemente reforçada pelas lideranças dos partidos comunistas e socialistas no interior do movimento dos trabalhadores, levava a crer que as coisas continuariam daquele modo por tempo indeterminado. O programa Comum da União da Esquerda na França, por exemplo se baseava na hipótese de uma taxa regular de crescimento da economia de 5% ao ano.

Aqueles que chamavam a atenção para o fato de que as crises sob o regime capitalista são inevitáveis e que uma série de recessões teriam lugar, eram tratados como "dogmáticos" incuráveis que nunca entenderiam as transformações havidas desde a II.ª Guerra Mundial, no funcionamento da economia "mista" (o capitalismo planejado!).

Desta forma, os trabalhadores foram surpreendidos pela crise, desorganizados pelo desemprego crescente e confundidos pelos reformistas especialmente naqueles países onde estes assumiram a liderança da política de austeridade. É preciso acrescentar que em vários desses países especialmente os do sudeste da Europa (Portugal, Espanha, Itália e França) a virada da situação econômica ocorreu em meio a sérias crises políticas. A situação política impediu que os trabalhadores compreendessem de imediato a necessidade de responder prontamente à ofensiva eco-

nômica dos patrões e dos Estados burgueses (o que foi certamente o caso de Portugal em 1976 e da França em 1977).

Em certos países a burguesia iniciou ainda uma política de desemprego parcial que acabou dividindo os trabalhadores. Quando os capitalistas são compelidos por sua necessidade de reestruturar a economia a iniciar falências em massa e fechamento de fábricas, isso ajuda objetivamente a pavimentar o caminho para uma resposta unitária da classe trabalhadora. Foi o que aconteceu em seguida.

Depois de um período de hesitação, uma amostra da extensão da resposta dos trabalhadores começou a emergir, especialmente durante 1978 e o começo de 1979 (mais uma vez com diferenças importantes país por país). Em geral tal resposta assumiu três formas:

● 1 — Lutas salariais voltadas para ultrapassar os limites impostos para o crescimento dos salários nominais. Tal luta foram favorecidas pelas condições de uma moderada recuperação econômica em certo número de países imperialistas e pelo espetacular ascenso dos lucros capitalistas. Elas foram levadas com sucesso na Alemanha Ocidental e na Inglaterra e em menor extensão na Espanha e na Irlanda.

2 — Pressões consideráveis no interior do movimento dos trabalhadores para por fim à política dos "pactos sociais" que a austeridade presupunha. Foram tais pressões que levaram à vitória na Espanha, onde o "Pacto de la Moncloa" não foi revivido. Assumiram uma proporção importante na Itália. Na Dinamarca resultou numa greve geral em 1978.

● 3 — Lutas parciais, mas muito explosivas, contra falências e fechamentos de fábrica. A luta dos trabalhadores da siderurgia no Norte da França é um exemplo típico.

Se tomamos os três primeiros anos da ofensiva da política de austeridade, concluímos que, com exceção de Portugal, os ganhos da burguesia foram bem modestos. Numa série de países, a resposta dos trabalhadores neutralizou completamente a perda nos salários reais. A atividade sindical permaneceu bastante elevada. A possibilidade de impor ao movimento dos trabalhadores uma camisa de força de regras restritivas é atualmente quase nula.

A burguesia não pode impor suas soluções e o proletariado não tem ainda uma direção capaz de impor as suas. A crise deverá então se prolongar, marcada por reviravoltas abruptas.

Nenhuma alteração importante da correlação de forças entre as classes teve lugar, a despeito do sucesso da burguesia em manter uma elevada taxa de desemprego (aproximadamente 8 milhões de trabalhadores em toda a Europa).

A razão para isso reside em que o desemprego ainda não atingiu os contingentes de maior peso do movimento organizado dos trabalhadores (com exceção da siderurgia). Seus efeitos foram concentrados nos setores mais fracos e vulneráveis da classe trabalhadora — os imigrantes, as mulheres e os jovens.

Não obstante precisamente porque esses estratos são menos organizados do que os demais (o que em parte explica sua vulnerabilidade), os golpes que eles tem sofrido ainda não esmoreceram o potencial de combatividade do movimento organizado. Mas fica claro que, a longo prazo, essa evolução traz o germe da divisão e outros perigos para a classe trabalhadora, se o movimento dos trabalhadores organizados falhar na defesa intransigente dos estratos mais fracos da classe.

## Os perigos de um somozismo sem Somoza

A Frente Sandinista controla a maior parte do país e as principais cidades na mais enérgica ofensiva guerrilheira contra a ditadura de Somoza. Mas, a vitória militar só não basta para garantir a formação de um regime democrático no país. Os Estados Unidos estão aproveitando a confusão da guerra civil para articularem um governo de "oposição moderada", na Nicarágua, reunindo os despojos do somozismo. Assim, a Frente terá que usar no plano político da mesma força que mostrou no terreno militar para consolidar sua própria alternativa de Poder.

por Vilma Amaro

Uma decisiva e coordenada ofensiva dos três setores que integram a Frente Sandinista de Libertação, o apoio das organizações de massa que congregam operários e camponeses no país e, possivelmente, um erro de cálculo dos Estados Unidos que esperavam elaborar um plano alternativo para a queda de Somoza somente no final do ano (sem prever a força da atual ação guerrilheira), estão levando a Nicarágua rumo a uma nova etapa histórica.

O ditador Anastasio Somoza, duro na queda, chegou a admitir. No entanto, que os sandinistas estão bem armados, bem treinados e abastecidos, o que equivale na prática a uma confissão de derrota. Nos últimos dias os guerrilheiros conquistaram 29 cidades, incluindo León, a segunda cidade do país, e levaram os combates até à capital, Manágua.

Somoza, refugiado em uma fortaleza, dentro do quartel-general da Guarda Nacional, acusa de intervenção a Costa Rica (que não possui exército, apenas uma Guarda Civil), o Panamá ("Torrilhos me odeia pessoalmente") e a Venezuela, cujo presidente democrata-cristão Herrera Campins foi acusado de "ingênuo esquerdista", pelo ditador nicaraguense e Cuba. Ao mesmo tempo que vociferava contra seus vizinhos, Somoza pede a intervenção do Condeca — Conselho de Defesa Centro-Americano — para salvar o governo que qualifica como "o único regime capitalista do Caribe". Em Washington, alguns porta-vozes de Jimmy Carter levantam a hipótese de intervenção, mas não se ariscam a maiores vôos, porque o desmoralizado governo de Somoza não encontra parceiros dispostos a uma nova aventura da região (aliás o México deu o primeiro passo no sentido de isolar o ditador, ao romper suas relações com a Nicarágua no início da atual ofensiva sandinista).

No sul do continente, a preocupação é com os ataques de Somoza ao governo de Rodrigo Carazo, na Costa Rica, e uma possível extensão dos conflitos àquele país, enquanto o Brasil apareceu repentinamente em cena como fornecedor de armas ao ditador (já que os Estados Unidos cortaram "formalmente" sua ajuda à Nicarágua).

### AS ALTERNATIVAS DE PODER

A maior preocupação dos Estados Unidos atualmente é descobrir uma fórmula mágica capaz de fazer surgir às pressas um comitê governante, da "oposição moderada" em substituição

ao regime de Somoza, uma vez que fracassaram todas as tentativas para uma queda lenta e gradual da ditadura, inclusive o plebiscito proposto pela OEA, mas são muito favoráveis, uma vez que a Nicarágua não possui uma burguesia forte, que possa se constituir como classe hegemônica em uma nova estrutura de poder na Nicarágua. O início do desenvolvimento industrial na Nicarágua é recente — menos de 20 anos e limitado — e, de fato, quem controla a economia do país é o clã Somoza (cerca de 26 importantes companhias nicaraguenses são de sua propriedade, assim como um sexto das terras do país e 30 por cento dos latifúndios produtivos). Além disso, o setor burguês está dividido e as várias correntes de opinião que compõem a Frente Ampla de Oposição, a frente moderada criada o ano passado para combater o regime de Somoza, são uma prova da falta de um projeto sólido para a constituição de um novo regime, que prepetue por outras vias, o mesmo sistema de exploração.

Além disso, a Frente Sandinista de Libertação tem manifestado com firmeza sua decisão de não permitir um somozismo sem Somoza, o que significaria a continuação da luta armada.

### OS SANDINISTAS

A reunião dos três setores da Frente Sandinista (os terceiristas que defendem uma aliança maior com os setores burgueses), a Tendência Guerra Popular Prolongada e a tendência proletária), e mais o apoio da Associação dos Trabalhadores do Campo, das organizações de mulheres foi importante para a consolidação de uma frente revolucionária de oposição a Somoza — o MUP — Movimento Povo Unido, com alguns meses de existência. O MUP seria o braço político da Frente Sandinista de Libertação que, no entanto, compreende a necessidade de manter-se organizada de forma independente dentro da agrupação. Recentemente o MUP fez um apelo a outros setores — incluindo a burguesia — o que alvoroçou os setores moderados de oposição para unir-se à Frente Patriótica, pela derrubada da ditadura no país.

O rápido desenrolar da ação armada no país e a ofensiva contra Somoza não permitiram vislumbrar uma correlação de forças dentro dessa Frente. No entanto, os setores mais avançados, inclusive o poeta Ernesto Cardenal, porta-voz dos guerrilheiros (atualmente na Costa Rica), reitera que qualquer mudança de regime no país tem que ser operada sob controle dos sandinistas, que foram os que puseram em xeque a ditadura.

Quanto ao futuro governo, apenas um ponto está claro: a expropriação dos bens de Somoza. Talvez subestimando a própria força, os guerrilheiros acreditavam ainda não estar preparados para levar o país diretamente ao socialismo, e uma forma de transição "democrática" surgia como alternativa entre alguns líderes. Evidentemente, a situação nos últimos dias mudou repentinamente seu curso e a Frente Sandinista, além do controle militar da guerra civil, é a única organização que tem o absoluto respeito das massas. E estas, que engrossaram substancialmente, nas últimas semanas, as filas da Organização, terão um peso decisivo na reformulação do projeto político sandinista.

Trata-se de afastar do Caribe a imagem de uma nova Espanha (agora até almejada pelos Estados Unidos), para construir uma Nicarágua socialista.



ANASTASIO SOMOZA

